

Maria José Stock

O centrismo político em Portugal: evolução do sistema de partidos, génese do «Bloco Central» e análise dos dois parceiros da coligação

What infant democracy requires is not a lukewarm struggle but a hot family feud.

(D. Rustow)

Dez anos depois do 25 de Abril, a configuração do nosso sistema de partidos e o decorrente centrismo político tiveram na base a convergência de um conjunto de variáveis, entre as quais se contam os resultados das legislativas de 1983.

No processo de viabilização dessa nova componente da vida política portuguesa, na qual o «centro» representa a dinâmica de fundo do sistema, cabe analisar a evolução das múltiplas estratégias político-partidárias e as principais características de que se revestem os dois parceiros da coligação. O «consenso» gerado passa, no fundo, pela existência de semelhanças e diferenças entre o PS e o PSD, pelas clivagens subjacentes a cada um, em suma, pelas respectivas características organizacionais e programáticas, base social de apoio e interesses sociais e económicos neles representados.

Tendo assim por objectivo a compreensão de alguns dos aspectos subjacentes à constituição do «bloco central», procederemos também à análise da sua génese, no quadro das principais alterações que, desde 1974, decorreram ao nível do poder político, «nomeadamente no que se refere ao sistema de partidos»¹.

1. PERCURSO DO SISTEMA PARTIDÁRIO

Tomámos como marcos decisivos, no que concerne às principais alterações que, desde o 25 de Abril de 1974, decorreram ao nível do nosso quadro partidário, para além dos acontecimentos ocorridos naquela data, as primei-

¹ A primeira forma do presente artigo, sob o título «O actual centrismo político: sociológico?», foi apresentada como comunicação à III Conferência do International Conference Group on Modern Portugal: «Portugal and the Portuguese ten years later: 1974-1984», levada a cabo na Universidade de New Hampshire, USA, entre 31 de Maio e 3 de Junho de 1984. A autora aproveita para agradecer ao Prof. Dr. Adérito Sedas Nunes e ao Dr. Manuel Braga da Cruz a oportunidade que lhe foi concedida no sentido de submeter o referido texto à discussão dos participantes do Seminário Permanente de Sociologia Política do Instituto de Ciências Sociais. Aos diversos intervenientes na sessão de 26 de Julho de 1984 daquele seminário deixa a autora aqui expressos os seus agradecimentos pelas críticas e sugestões formuladas, as quais viriam indubitavelmente enriquecer o presente artigo.

ras eleições livres, as legislativas de 1976, as de 1979, as de 1980 e as últimas eleições para a AR, de Abril de 1983.

Logo após o 25 de Abril de 1974 surgiriam entre nós uma série de partidos à procura dum lugar ao sol na arena política nacional. O princípio da representatividade proporcional, característico do sistema eleitoral português, matizaria, desde o início, o nosso sistema partidário no sentido dum pluripartidarismo sem partido hegemónico ou dominante. Na primeira fase do regime democrático, esse pluripartidarismo seria mesmo extremamente atomizado, em parte como consequência da representação proporcional e do facto de não se dispor dum sistema de partidos estruturado e estável². Basta lembrar a existência, logo de início, de 23 formações partidárias; se alargarmos o conceito a grupos partilhando objectivos políticos, mas não partidos propriamente ditos, o seu número ascendia na altura a 42.

Temos assim, à partida, um espectro político-partidário extremizado, fortemente polarizado e ideologicamente estruturado, com alguns partidos, a maioria irrelevantes, na oposição anti-sistema — à esquerda e à direita —, alguns partidos supérfluos e outros relevantes (vide gráfico 1, item 1). Esta situação seria também decorrente da existência de clivagens acentuadas entre as diferentes forças sociopolíticas portuguesas, cada uma delas tentando interpretar de modo próprio o «espírito» do 25 de Abril³, contradições que não eram minimizadas, antes pelo contrário, pela pouco clarificada situação que na altura se vivia. Tanto um como outro dos aspectos têm, no entanto, de ser vistos à luz dos momentos de então, sendo perfeitamente naturais num período pós-revolucionário, marcado por uma súbita e intensa politização da vida portuguesa.

Por alturas do recenseamento eleitoral verificar-se-iam alguns reajustamentos no panorama partidário, processados através do desaparecimento de alguns partidos e da consolidação de outros (vide gráfico 1, item 2). Cabe referir aqui a transformação, em Novembro de 1974, do MDP/CDE em partido, após o abandonar daquele movimento por parte do PS, do MES e do então PPD, perante a crescente hegemonia do PCP, a consolidação dos partidos mais significativos (PCP, PS e PPD) e, ao nível da extrema-esquerda, a aglutinação de algumas formações à volta da LCI, MRPP, FEC, AOC e UDP. Enquanto o primeiro destes partidos era ilegalizado antes da campanha eleitoral para a Constituinte, ao terceiro, como ao PDC, da extrema-direita, seriam suspensas as respectivas actividades. Temos assim, à altura, um espectro partidário com um maior índice de simplificação, no qual os pequenos partidos dos extremos não conseguem adquirir uma imagem de legitimidade democrática, começando-se a delinear uma certa descontinuidade do espaço político entre o PS e o PCP, ou seja, passando a existir uma maior distância entre estes dois partidos que entre o PS e todos os que se situavam à sua direita.

² Sobre a influência do sistema eleitoral no sistema de partidos veja-se Douglas Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press, 1967, pp. 151-154, e Giovanni Sartori, «European Political Parties: the case of polarized pluralism», in Joseph Lapalombara e Myron Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*, Nova Jérsea, Princeton Paperback, 2.^a ed., 1972, pp. 167-168.

³ Segundo Sartori, a um número crescente de partidos corresponde um crescendo de ideologização, encarada esta como uma *forma mentis*, ou seja, uma forma doutrinária de entender a política, comportando também um grau elevado de envolvimento emocional. Veja-se Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems, a Framework for Analysis*, Cambridge University Press, 1976, pp. 137-138.

Por ocasião da primeira confrontação partidária livre e democrática, que constituiu assim o primeiro grande desafio para os 12 actores políticos que nela participaram: CDS, FEC, FSP, LCI, MDP, MES, PCP, PPD, PPM, PS, PUP e UDP, o espectro político-partidário dividia-se em quatro sectores principais. Na extrema-esquerda situavam-se a FEC, o PUP e a UDP (maoistas) e a LCI (trotskista), à esquerda o PCP, o MDP, o MES e a FSP, apoiando sem reservas a acção do MFA; o PS e o PPD, ambos definindo já estratégias de retracção do respectivo apoio à acção das Forças Armadas, viam, à sua direita, aparecer apenas o PPM e o CDS, especialmente este último, no papel de aglutinador dos sectores mais conservadores da sociedade portuguesa.

Numa conjuntura essencialmente marcada pelo PREC, as principais linhas de clivagem faziam-se sentir entre esses quatro grandes grupos de contendores da consulta eleitoral, demarcadas por quatro visões diferentes no encarar do devir da sociedade portuguesa, no fundo consubstanciadas em cada uma das estratégias dos partidos então dominantes: na extrema-esquerda do espectro político-partidário a UDP, desempenhando um papel catalisador das forças que propugnavam uma leitura maoista do marxismo, numa perspectiva extremamente radicalizada e evada dum certo anarquismo, traço que, aliás, seria posteriormente eliminado; à esquerda, o PCP, defensor da ortodoxia marxista, propugnando uma mudança radical e unitarista da sociedade portuguesa e apelando também ao vanguardismo revolucionário; o PS, por seu lado, opunha-se a este vanguardismo, mas defendia ainda nessa altura uma mutação de carácter radical, enquanto o PPD propugnava uma mudança gradual na via para atingir o socialismo; por último, o CDS defendia o gradualismo social em vez de socializante, funcionando como único partido representativo dos sectores de direita, votados ao silêncio pela conjuntura que então se atravessava.

O vanguardismo do PREC, então liderado pelo poder militar esquerdista do PCP, determinaria que os programas dos partidos políticos não estivessem totalmente em consonância com a sua própria vocação, condicionando o normal fluir do processo político português. Em consequência, no sistema de pluripartidarismo atomizado do período revolucionário inicial, dotado de forte pendor esquerdizante, as eventuais formações que poderiam vir a surgir à direita mal chegaram a aparecer no horizonte partidário e houve mesmo, durante bastante tempo, uma forte inflexão à esquerda, aliás só recentemente esbatida, de todos os partidos portugueses.

Apesar de não se poder, nessa altura, falar de «dimensão esquerda-direita» *stricto sensu*, já que, nesta última, apenas o CDS, e, mesmo assim, vestido dum programa de centro e com um discurso centrista, conseguiria entrar na contenda eleitoral de 1975, ao nível do sistema partidário de então, as linhas de demarcação das diversas clivagens existentes na sociedade portuguesa far-se-iam sentir de diversas formas. Conquanto a competição partidária fosse mormente determinada pelas clivagens verticais e horizontais que em seguida discriminaremos, estavam já presentes, na génese de cada formação política, clivagens diagonais à volta de temáticas como a religiosa, militar, ecologista, feminista e regionalista, as quais poderão vir a estar na base de eventuais formações partidárias que possam vir a surgir na cena política nacional. A sociedade e a cultura política portuguesa encontravam-se assim numa situação de fragmentação e polarização à volta de opções políticas e

sociais determinantes, produzindo um sistema partidário pluralista e polarizado⁴.

A clivagem entre o «unitarismo» e o «pluralismo» era então já bem clara, situando-se nesta perspectiva a linha de demarcação, entre, por um lado, o PCP, o seu aliado MDP/CDE e as forças à sua esquerda e, por outro, o PS, o PPD, o PPM e o CDS. Se, contudo, olharmos à dimensão «radicalismo» *versus* «gradualismo», já a linha de demarcação se desloca para a direita, situando-se entre, por um lado, o PS e as forças à sua esquerda e, por outro, o PSD e as formações partidárias situadas à sua direita. Se ainda entrarmos em conta com a oposição «apoio»/«retracção» à linha do MFA (clivagem já existente quando do Pacto MFA-Partidos, em crescendo quando das eleições para a Constituinte e que veria atingido o seu auge por altura do 28 de Setembro de 1974, símbolo duma efectiva viragem à esquerda na vida política nacional), veremos que a linha de demarcação passava entre as forças que continuavam a apoiar sem reservas a acção do MFA (o PCP, os seus aliados e os partidos de esquerda) e aquelas que tinham já iniciado um processo de retracção do seu apoio ao mesmo. Entre estas cabe realçar o papel que, na altura, encetaria o PS nesse sentido, conquanto este partido ainda representasse, neste aspecto, uma incógnita, dadas as clivagens que, no seu seio, se faziam sentir neste domínio. Os resultados das eleições de 1975 foram, por si sós, significativos das opções do eleitorado, determinadas por estes antagonismos, que o acto eleitoral de 1976 apenas viria confirmar⁵.

Com o evoluir da situação e o agudizar de algumas destas divergências, o sistema partidário haveria de lentamente progredir para um pluripartidarismo mais limitado e moderado, mas ainda polarizado. Em determinadas alturas, com o acentuar dos conflitos, o sistema de partidos assumiria, embora incipientemente, uma configuração bipolar (vide gráfico 1, item 3). A simplificação e maior moderação do pluripartidarismo desta fase não deixava, no entanto, entrever muito claramente a direcção da competição partidária. O papel do PPD/PSD e a vitória não maioritária do PS influenciariam a tática de competição entre os partidos, alterando a direcção da competição entre eles, delineando-se tanto tendências de sinal centrífugo, como de sinal centrípeto. Como exemplo extremo dessa configuração bipolar veja-se a campanha anticomunista, da qual o PS, especialmente pela boca de Mário Soares, seria porta-estandarte. Aliás, a vitória do PS nas legislativas de 1976 resultaria desta situação, acarretando alterações significativas ao nível do espectro partidário português, acentuando-se a clivagem entre o PS e PCP⁶,

⁴ Segundo o tipo de correspondências elaboradas por Sartori. Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems, a Framework for Analysis*, Londres, Cambridge University Press, 1976, pp. 120-127.

⁵ Sobre as clivagens sociopolíticas subjacentes aos resultados das eleições de 1975 veja-se o artigo de António da Silva «Eleições 75 — fenómeno político», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX-XXI, GIAS, ISESE, pp. 143 e segs.

⁶ Clivagem agudizada logo após o 25 de Novembro e expressa pela boca de Mário Soares ao afirmar, no *Portugal Socialista* de 1 de Dezembro de 1975, que «o PS diz não, com a maior firmeza, à aventura irresponsável dos pseudo-revolucionários que preparam uma nova ditadura. Uma ditadura comunista impossível e que por isso não passará em Portugal» (cf. Mário Soares, *PS Fronteira da Liberdade*, Lisboa, Ed. Portugal Socialista, 1979, p. 73). Ainda no *Portugal Socialista* de 11 de Fevereiro de 1976 diria o mesmo:

[...] à nossa esquerda [segundo ele, e não segundo nós] existe um Partido Comunista, com o qual não podemos fazer uma aliança neste momento, e à nossa direita existe um PPD, com o qual, em virtude da sua prática política centrista e direita, também não podemos fazer qualquer espécie de aliança. [Cf. Mário Soares, *op. cit.*, p. 101.]

ou seja, entre, por um lado, um projecto socialista democrático de tipo ocidental e, por outro, um centralismo autoritário e colectivista.

É aqui que se inicia a estruturação do sistema partidário em novos moldes. A estratégia de bipolarização da sociedade portuguesa, começada a desenhar pela mão do PS em 1975, entre uma «democracia ocidental» *versus* uma «democracia popular», seguir-se-ia mais tarde a estratégia bipolarizadora da AD, consubstanciada na tradicional alternância «esquerda-direita», implementada por meio da acção e do discurso de Sá Carneiro.

A preocupação dominante do PS em 1975 seria assim a defesa duma democracia de tipo ocidental para a sociedade portuguesa, tendo conseguido, nessa luta, polarizar à sua volta todas as forças políticas que se opunham ao projecto vanguardista do PCP e de amplos sectores do MFA.

Nas eleições de 1976, o PS conseguiria disputar várias franjas do eleitorado tanto à esquerda como à direita (conquanto relativamente a 1975 baixasse 10%), mas, temendo a bipolarização crescente que se adivinhava entre os dois pólos de tensão PCP-PSD e querendo evitar a coligação com qualquer dessas forças, o que acarretaria de imediato a exclusão da outra, acabaria por optar por uma estratégia de isolamento, de autonomia⁷. Falhada a tentativa governamental minoritária do PS (1.º Governo Constitucional) e a seguinte de coligação não majoritária entre este partido e o CDS (2.º Governo), cerceada pela base qualquer tentativa de coligação mais alargada ou majoritária das forças políticas situadas ao centro (PS-PSD)⁸, processar-se-ia a transição via um pluripartidarismo ainda mais limitado, mas polarizado (com a integração, por ocasião das eleições de 1979, de vários partidos em coligações e frentes eleitorais), dentro do qual se iria promover a bipolarização conflitual patente na estratégia liderada por Sá Carneiro, tendo assim prevalecido as tendências de sinal centrífugo (vide gráfico 1, item 3).

Derrotada a estratégia conciliadora do bloco central, da qual, na altura, Eanes parecia surgir como principal defensor⁹, ou seja, falhada a tentativa de resolver consensualmente os conflitos existentes, haveria de vencer a tese bipolarizadora, assente numa atitude de confronto e competição, a qual

⁷ No relatório do secretário-geral do PS ao 3.º Congresso Nacional do Partido, a fim de justificar-se aquela opção, pode ler-se:

[...] o PS constitui como que uma ponte ou uma formação intermédia [...] Daí que se tornasse particularmente inconveniente, em 1976, uma «aliança à esquerda», ou uma «aliança à direita», que teria, em qualquer dos casos, o efeito de provocar uma reacção violenta e desesperada da outra parte [...]. [Cf. *Confiar no PS — Apostar em Portugal*, relatório do secretário-geral Mário Soares, apresentado ao 3.º Congresso na legalidade, Lisboa, Março de 1979, p. 15.]

⁸ O PS recusaria na altura a «proposta» de Sá Carneiro de uma coligação PS/PSD/CDS/PPM, dado não aceitar aliar-se com partidos de «direita», gorando-se a possibilidade de aliança entre as duas maiores forças eleitorais portuguesas. Mais tarde, Mário Soares, em entrevista dada ao *Diário de Notícias* a 2 de Abril de 1979, diria, referindo-se àquela opção do PS:

[...] no passado, em relação a certas possibilidades surgidas com alguns partidos, designadamente o PSD, houve uma certa rigidez excessiva da parte do PS. Ai, sim, há razões para fazer alguma autocritica.

⁹ Sobre o evoluir desta estratégia veja-se Pedro Santana Lopes e José Durão Barroso, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980, pp. 37 e segs., e Luís Salgado de Matos, «Significado e consequências da eleição do presidente por sufrágio universal — o caso português», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XIX, 2.º, ICS, 1983, pp. 239 e segs.

marcaria profundamente a vida política portuguesa entre 1979 e 1981, imprimindo uma nova dinâmica ao sistema, reforçando-se a direcção centrífuga da competição partidária. A estratégia da bipolarização então formulada assentaria na dimensão «esquerda-direita», já bastante delineada, e com sensível relevância no debate político nacional e, como se demonstraria nas duas vitórias sucessivas da AD (1979 e 1980), na formulação das escolhas eleitorais. O quadro bipolarizador definido pela AD assentaria, no seu entender, na clivagem que opunha, dum lado, o PS, o PCP e as forças à sua esquerda, que defendiam um colectivismo de raiz marxista, e, doutro, o PSD, o CDS e o PPM, defensores dum projecto mais liberal. Além de ter reforçado a componente parlamentar do regime, a estratégia de Sá Carneiro permitiria uma maior redução do pluralismo partidário, imprimindo-se ao sistema um reforço das tendências de carácter centrífugo¹⁰ (vide gráfico 1, item 4).

Mais tarde, com a morte de Sá Carneiro, e muito especialmente com a derrota da estratégia da AD nas presidenciais de 1981, consubstanciada na fórmula «um governo, um presidente, uma assembleia», o nosso sistema partidário havia de sofrer uma trajectória noutro sentido, prevalecendo as tendências centrípetas, que iriam possibilitar a emergência dum centro como dinâmica de fundo do sistema (vide transição, no gráfico 1, item 5). Assim se chegou a uma configuração bipolar, não de partidos, mas de opções, de sinal centrífugo, a qual poderá eventualmente evoluir, negativamente, para um multipartidarismo fechado (vide gráfico 1, item 6).

Neste percurso percorrido pelo sistema de partidos, desde a Assembleia Constituinte até à constituição do «bloco central», factores vários, uns endógenos, outros exógenos ao sistema, concorreriam no sentido de introduzir essas variantes no mesmo e, conseqüentemente, acabando por viabilizar a constituição da maioria PS-PSD e o vingar das estratégias que lhe estiveram subjacentes.

Cabe aqui fazer referência ao facto de, em Portugal, se ter evoluído duma situação de pluripartidarismo extremo (dentro do qual se salientaria o posicionamento hegemónico do Partido Democrático), típico da 1.ª República, para um período, correspondente à época salazarista-marcelista, caracterizado por uma situação de partido único; ou seja, a instabilidade política que caracterizou a 1.ª República, pedra angular da propaganda da ditadura salazarista, no sentido da «legitimação» do sistema, deixaria as suas sequelas na fase posterior ao 25 de Abril, visíveis sobretudo ao nível das múltiplas estratégias defendidas por sectores que, no espectro partidário, se situavam desde a extrema-esquerda à extrema-direita. Estratégias essas assentes no consenso político e social e no apelo a valores passíveis de aglutinação dos mais diversos sectores da sociedade portuguesa, no sentido da defesa da tese de que o progresso e a estabilidade só seriam conseguidos através da marginalização dos partidos.

Esta tendência em limitar a hegemonia dos partidos políticos no processo de democratização da sociedade portuguesa, para além de ter tido os antecedentes históricos já expostos, é ilustrável pela tentativa imediata de hegemonização do sistema protagonizado pela sua componente vanguardista. Disto seriam exemplo, desde a formação dos GDUPS, passando pela campanha para o voto em branco, ao Pacto MFA-Partidos e à Associação Cívica Independente.

¹⁰ No sentido dado por Sartori. Cf. Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems, a Framework for Analysis*, Londres, Cambridge University Press, 1976, pp. 136-137 e 348-349.

O período extremamente conturbado no plano socioeconómico que então se vivia, no plano político seria marcado por uma partidocracia exagerada, decorrente dum pluripartidarismo excessivamente atomizado, proliferação natural nos primeiros momentos de vivência democrática numa sociedade que, durante quase meio século, vira impossibilitada a canalização e viabilização diversificada das suas exigências. Essa impossibilidade viria dificultar também a obtenção, por parte dos partidos, do monopólio da representação das diversas forças da sociedade portuguesa, vindo estas a canalizar muitas das suas exigências através de outros actores políticos, que não os partidos.

A reacção negativa a estes aspectos, que se evidenciariam logo nos primeiros momentos da democracia portuguesa, estaria assim também presente na génese das tendências subjacentes às diversas tentativas no sentido de modificar o rumo do sistema. Destas foram exemplo desde a tentativa de reforço da sua vertente presidencialista¹¹, passando pelo avançar, à altura, da hipotética constituição dum 5.º partido, à recandidatura do PR apoiada num leque de personalidades partidariamente não alinhadas.

Se poderíamos encontrar também, nalgumas destas componentes, parte da génese do chamado «bloco central» — já sem falar nas suas eventuais primeiras formulações, que antecederiam a estratégia de bipolarização defendida por Sá Carneiro e provenientes doutros quadrantes políticos —, pensamos que a configuração governamental que daí resultou foi sobretudo decorrente duma base distinta e multifacetada.

Por um lado (e isto foi bem patente nas últimas eleições), o facto de se ter atribuído aos partidos o papel de agentes principais no processo de formulação da vontade popular (ao contrário da estratégia subjacente à primitiva tática do bloco central, da qual Eanes parecera ser o principal arauto), com a subalternização, até, de outros actores políticos não discipulando e de outras fórmulas democráticas eventualmente mais participativas. Houve, pois, em nosso entender, uma efectiva relação entre, por um lado, a elevada participação eleitoral (85%) e a reduzida abstenção (15%) verificadas nas eleições de 1983 e, por outro, uma consolidação acrescida do sistema participativo através dos partidos políticos, aos quais se atribuiria mesmo o quase monopólio dessa representação, podendo isto, consequentemente, levar a uma maior consolidação do regime democrático e da estabilidade governativa¹². Com isto não queremos dizer que o sistema tenha saído definitivamente consolidado após o último acto eleitoral, dado entendermos que permanece ainda uma certa instabilidade, continuando as opções dos eleitores a obedecer, primordialmente, a movimentos de ordem conjuntural (vide a viscosidade do voto nos sucessivos actos eleitorais e, mais recentemente, os resultados das sondagens efectuadas à opinião pública), o que não nos permite, até agora, defender a total sedimentação do sistema. A eventual constituição dum 5.º partido e as próximas eleições legislativas confirmarão ou não este ponto de vista.

¹¹ Conforme sublinharia Salgado de Matos, esta tentativa resultou da inexistência de mediações institucionais suficientemente fortes, ou seja, de partidos políticos solidamente implantados e credíveis, funcionando o PR como o garante da solvência, como o «banco central» do sistema. Cf. Luís Salgado de Matos, *op. cit.*, pp. 238 e segs.

¹² Tivemos recentemente ocasião de desenvolver esta hipótese. Cf. Maria José Stock e Luís F. Colaço Antunes, «Sistema de partidos e governabilidade, um estudo comparado», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.º xxxvii, GIAS, ISESE, 1984.

Por outro lado, também foi um facto relevante, e que contribuiu decerto para esse reconhecimento, o terem os partidos que compõem o nosso panorama partidário conseguido resistir, apesar de tudo, às investivas que lhes vinham sendo dirigidas, no sentido da sua minimização no processo político português. Concomitantemente, na base da dinâmica da constituição do «bloco central» poderá também ter estado um certo reforço da tendência de voto em função de programas, traduzido no facto de o eleitorado ter demonstrado um realismo acrescido nas escolhas que efectuou, evidenciando tendências, embora ténues, para uma maior relevância da dimensão cognitiva da nossa cultura política¹³, em detrimento da afectiva, conquanto esta pareça permanecer ainda como a sua componente fundamental. Através duma campanha pragmaticamente mais orientada, o PS, por exemplo, daria aos eleitores a ideia de que o seu contributo podia efectivamente vir a influenciar a formação do Governo¹⁴. Para a viabilização do actual centrismo político, isto seria apenas relevante no que se refere à campanha eleitoral do PS, já que o PSD, na altura, ainda se debatia entre o retomar da coligação com os seus antigos parceiros na AD e o optar por uma nova política de alianças, como adiante veremos.

Acrescendo a tudo isto uma maior racionalização do nosso sistema de partidos, perante a excessiva atomização inicial (vide evolução no gráfico 1), maximizar-se-iam as hipóteses de viabilização da maioria PS/PSD.

2. GÊNESE DO «BLOCO CENTRAL»

A par do incremento do índice de clarificação e simplificação do sistema partidário, que acabámos de explicitar, também não seria alheio a todo este processo um maior impulso na tendência que já se vinha a delinear, tanto ao nível do PS como do PSD, no sentido da sua configuração como «partidos de integração democráticos»¹⁵, o que está aliás intimamente relacionado com a respectiva orientação programática seguida quando da campanha eleitoral de 1983, o que, eventualmente, poderá ter aproximado os dois parceiros da coligação.

Até à situação que caracterizámos como «centrismo político», possibilitada a partir da confluência das diversas variáveis que vimos analisando, qual o percurso percorrido pelos actores políticos que partilham o poder no denominado «bloco central»?

Na génese da coligação PS/PSD parecem-nos de considerar duas fases fundamentais. A primeira corresponde ao período que decorre de princípios de 1983 a princípios de Abril, início da campanha para as eleições legislativas. A segunda decorre desde o início destas até à constituição propriamente dita da coligação.

Ao nível do PS, as primeiras movimentações iniciaram-se em Janeiro de 1983, com acontecimentos ligados ao seu grupo parlamentar, dentro do qual

¹³ Vejam-se os conceitos de «cultura política» em Gabriel Almond e Sidney Verba, *The Civic Culture*, Nova Jérnia, Princeton University Press, 1963, p. 15.

¹⁴ É aquilo a que Almond e Verba chamaram «eficácia ou competência política subjectiva». Cf. Gabriel Almond e Sidney Verba, *op. cit.*, p. 16.

¹⁵ Na acepção de Sigmund Neumann, *Modern Political Parties*, Midway Reprint, ed. 1975, pp. 403-405, ou *catch-all-parties*, na concepção de Otto Kirchheimer, «The transformation of the western European party systems», in Joseph Lapalombara e Myron Weiner (eds.), *op. cit.*, pp. 184-188.

Mário Soares desenvolveria uma acção no sentido de obter um efectivo controlo, submetendo-o à sua liderança e procurando discipliná-lo e orientá-lo uniformemente na acção. Na reunião de Coimbra, em 5 de Fevereiro seguinte, e na Comissão Política do Partido acentuar-se-iam as divergências, extremado-se as posições entre, por um lado, o grupo apoiante de Soares e, por outro, a minoria do ex-Secretariado, tendo dois elementos preponderantes desta última linha manifestado recusar de antemão qualquer convite para tomar parte no posterior Governo. Por seu lado, numa entrevista concedida ao semanário *O Jornal*, na primeira semana de Março, o secretário-geral do PS daria a entender não prever a feitura de alianças partidárias, considerando no entanto que «tudo seria possível»¹⁶.

Ao nível do PSD, a polémica interna alastraria duma forma particularmente evidente no Congresso de Montechoro. Da tróica constituída por Eurico de Melo, Mota Pinto e Mota Amaral, em permanente desacordo, acabaria por sair triunfante o segundo, determinando, por conseguinte, a sua vitória a futura estratégia do Partido.

Em resposta à questão sobre um hipotético futuro acordo PS/PSD, posta pelo semanário *O Jornal* a 4 de Março, Mota Pinto faria declarações indiciadoras duma posição de expectativa perante os resultados eleitorais¹⁷. A 3 de Maio seguinte, em entrevista ao semanário *Tempo*, o que viria a ser vice-primeiro-ministro do «bloco central» declararia que o PSD governaria sozinho, no caso de conseguir maioria absoluta, e que passaria à oposição se os seus resultados eleitorais fossem inferiores aos conseguidos em 1979¹⁸. Por outro lado, caso os resultados eleitorais viessem a reafirmar as posições anteriores, o PSD deveria propor negociações de um acordo global em defesa do regime, em primeira mão ao CDS, mas, se tal não fosse viável ou os «sinais» do eleitorado apontassem nesse sentido, poder-se-ia prever um eventual acordo com o PS.

Enquanto o PSD se debatia ainda entre o retomar das negociações com o seu antigo parceiro da AD e o optar por uma nova estratégia de alianças, o PS vinha, desde os princípios de Março, distanciando-se de qualquer eventual coligação com o PCP, fossem quais fossem os resultados das eleições que se avizinhavam, chovendo declarações várias sobre os eventuais parceiros possíveis¹⁹, no caso de o PS não atingir uma posição majoritária que lhe

¹⁶ O ex-Secretariado reuniria de emergência a 23 de Fevereiro, acabando por «impor» a Soares a inclusão nas listas dos futuros parlamentares do PS de um terço de militantes adeptos da sua linha, além de ter «alertado» o secretário-geral para o facto de não serem concebíveis sancionamentos internos por discordâncias políticas; Soares, por sua vez, declarava na referida entrevista: «Conto com todas as competências do PS», numa nítida alusão aos elementos da facção discordante. Cf. *O Jornal* de 4 de Março de 1983.

¹⁷ Na referida entrevista, Mota Pinto declarou:

A nossa primeira atitude assente num sucesso eleitoral é dirigirmo-nos ao CDS, ao PS e ao PPM. Tudo o mais neste momento carece de oportunidade para uma concretização. Só uma coisa é certa: é ainda indispensável para a nossa participação em qualquer acordo termos um sucesso eleitoral. [*O Jornal* de 4-10 de Março de 1983.]

¹⁸ Mais tarde, Nascimento Rodrigues, do PSD, diria numa entrevista que resultados eleitorais abaixo dos 24% determinariam a colocação do seu Partido na oposição (*Tempo* de 7 de Abril de 1983).

¹⁹ Em entrevista ao *Tempo* de 10 de Março de 1983, Rui Mateus, membro da Comissão Permanente do PS, afirmava categórico que, «quaisquer que venham a ser os resultados das próximas eleições legislativas, o PS não accitaria fazer Governo com o PCP [...]» e que «[...] o PS só accitará coligar-se com os partidos democráticos para governar».

permitisse governar sozinho. Prefigurava-se assim, desde logo, por parte do PS, a hipótese duma coligação com o PSD, tendo em conta os resultados eleitorais previstos, dado ser muito improvável o PS atingir a maioria absoluta dos votos.

Entretanto, o PCP jogava fortemente na luta anti-socialista²⁰. Para os comunistas, o voto no PS era o voto na direita, isto no caso de o PS subir nas eleições em causa, dado os comunistas entenderem que, nessas circunstâncias, as bases socialistas desejavam uma aliança de direita. Pelo contrário, se a APU conseguisse incrementar os seus resultados relativamente às eleições anteriores, o PC entendia que as bases socialistas desejavam o seu partido como parceiro da coligação, aproveitando-se claramente das dissensões internas do PS, ao declarar que votar PS consistiria em votar contra a opinião de grande parte dos seus militantes e eleitores.

Nos últimos dias, antes de arrancar a campanha eleitoral, sucediam-se nos órgãos de comunicação social as declarações dos principais dirigentes partidários, expressando as opiniões respectivas sobre a eventual constituição do «bloco central»²¹.

O PS parecia assim estar na expectativa de poder, eventualmente, vir a obter uma maioria absoluta e, no caso de tal não acontecer, recusando-se a governar em minoria, por exclusão de partes (o PCP por falta de democraticidade e pela sua subordinação à URSS, o CDS por ser um partido de direita), só restava uma possível aliança com o PSD. Quanto a este, temendo ainda poder vir a ser «castigado» pelo eleitorado insatisfeito com o Governo AD, mantinha-se numa posição expectante em relação ao evoluir dos acontecimentos.

No princípio de Abril arrancaria a campanha eleitoral, que não foi mais que o confirmar das posições vindas a assumir pelos diversos intervenientes no processo.

Com as respectivas equipas de *marketing* político em acção, implementando a imagem já adquirida do líder (Mário Soares e Álvaro Cunhal), ou tentando «vender» uma nova imagem (Mota Pinto e Lucas Pires), os principais contendores da campanha eleitoral construíram o seu discurso político.

²⁰ Implementada quando da Conferência Nacional do PCP realizada a 5 de Março de 1983.

²¹ A título de exemplo, registem-se as palavras dos dirigentes do PS, PSD, CDS e PCP ao programa televisivo «1.ª Página», reproduzidas no *Diário de Notícias* de 1 de Abril de 1983: Mário Soares:

Não governaremos de novo em minoria [...] obviamente que o partido político mais próximo de nós é o PSD.

Mota Pinto:

Se não se repetirem os resultados eleitorais de 79 e 80, proporemos um acordo de regime com o PS e o CDS. Caso contrário, defenderemos a coligação com o CDS.

Lucas Pires:

O bloco central é uma má solução em termos nacionais. Mas, com ela, e estando na oposição, o CDS pode crescer e criar uma nova AD dos seus escombros.

Álvaro Cunhal:

Não se sai da crise prosseguindo a política que a provocou e que teve por base a tentativa de restauração dos grandes monopólios.

Na campanha do PS ressaltariam como aspectos fundamentais, para além da personalização em Mário Soares, a necessidade premente de resolver a crise económica, a urgência de formar um pacto social com toda a democracia e de proceder a reformas estruturais. Enquanto, por um lado, se avançava com a ideia do voto útil, especialmente implementada pelo PCP e pelo CDS, dado não votar no PS ser a única forma de evitar que, respectivamente, a esquerda e a direita entrassem para o poder, ao nível do PS reforçava-se a «operação do consenso nacional», apresentando-se um conjunto de medidas, «100 medidas para 100 dias», como garante da eficácia, firmeza e competência, com base nas quais se incitava o apoio ao centro. Nem as declarações de Freitas do Amaral no sentido de repor a AD vieram molestar este projecto, o qual, apesar de não ser muito consistente, deixava desde logo entrever o esboçar da futura aliança. As eleições seriam assim o teste fundamental para provar se as previsões se concretizavam ou não²².

Logo após as eleições, as tendências existentes nos partidos começaram a manifestar-se, definindo atitudes acerca da eventual coligação. A 26 e 27 de Abril, o PS e o PSD reuniram respectivamente a Comissão Permanente e a Comissão Política, sucedendo-se as tomadas de posição oficiais e ao nível pessoal²³.

Perante a possibilidade de intervenção directa do PR na cena política, caso não se solucionasse atempadamente o problema do Governo a constituir, a 28 de Abril, o secretário-geral do PS enviaria aos militantes do seu partido uma carta-referendo sobre as hipóteses de aliança. Dos resultados, esperados, do referendo às bases, Mário Soares retirou a fundamentação da sua decisão: 80% dos inscritos no Partido declaram-se favoráveis à coligação PS/PSD e apenas 5% à coligação PS/APU.

Ao nível do PSD sucediam-se os desentendimentos internos provocados pelas diferentes estratégias defendidas pelas distintas sensibilidades, até que, na sua reunião de 8 de Maio, o Conselho Nacional daria luz verde para a abertura de negociações com o PS (com 33 votos a favor, 14 contra e 9 abstenções)²⁴.

Ao PSD apresentavam-se quatro alternativas: oposição total, tipo abstenção; viabilização dum governo minoritário PS através dum acordo pelo qual o PSD não votaria favoravelmente qualquer moção de rejeição ao dito; acordo de incidência meramente parlamentar; coligação governamental.

²² Como exemplo extremo veja-se o curioso *cartoon* de Sam — o guarda Ricardo — que, carregando os retratos de Soares e Mota Pinto (e Lucas Pires em tamanho reduzido), diz que está a constituir governo. Perguntando-lhe o chefe: «E as eleições?», responde-lhe o guarda Ricardo: «É para adiantar trabalho!» (*Diário de Notícias* de 4 de Abril de 1983.)

²³ No PSD, enquanto alguns, como a JSD, Marcelo Rebelo de Sousa e José Miguel Júdice, se opunham terminantemente à coligação com o PS e outros, como António Capucho, defendiam um acordo de mera incidência parlamentar, havia quem, como Helena Roseta, solicitasse a discussão no Conselho Nacional da hipótese dum referendo às bases sobre as alianças a fazer. Ao nível do PS, a posição do ex-Secretariado, pela boca de Salgado Zenha, era a de só ser favorável à coligação PS/PSD caso esta não viesse a demonstrar um carácter manifestamente anti-comunista e antieanista; quanto à esquerda laboral, iria, no decorrer do processo das negociações, demonstrar-se manifestamente contra a aliança com o PSD (veja-se artigo intitulado «Esquerda laboral pergunta: foi para isto que criámos o PS?», in *O Jornal* de 20-26 de Maio de 1983.

²⁴ Um texto, subscrito por Conceição Monteiro e Pedro Santana Lopes, sugerindo o referendo às bases seria rejeitado, obtendo apenas 5 votos a favor; 31 votos a favor, 3 contra e 21 abstenções teve a proposta subscrita por Filipe Meneses no sentido de englobar como questão fundamental, no processo das negociações, a revisão da Constituição.

Acabaria por se optar por esta última hipótese, para a qual contribuíram as posições de Mota Pinto, a reviravolta de Eurico de Melo e o consentimento de diversos sectores do Partido, conquanto outros se tivessem declarado manifestamente contra a solução encontrada.

Depois dum processo de negociações bastante conturbado, especialmente quando focados temas como os laborais, delimitação de sectores, agricultura e saúde, com sucessivos recuos e avanços por parte de Mota Pinto, seria assinado o acordo governamental entre o PS e o PSD no dia 4 de Junho de 1983, 40 dias após as eleições, tomando o novo Governo posse a 9 do mesmo mês²⁵.

3. OS DOIS PARCEIROS DA COLIGAÇÃO

No entanto, convém não pôr de parte (e a isso voltaremos mais adiante em pormenor) que subjacentes à formação do «bloco central» estavam, para além dos factores já referidos, outros que mais particularmente dizem respeito às características estruturais dos dois parceiros da coligação.

Referimo-nos às características de cada um dos partidos no que concerne à respectiva origem e constituição, estrutura orgânica e funcional, base social de apoio, composição das *élites*, interesses sociais neles representados, etc. Defendemos, pois, que o sucesso ou insucesso do «consenso» conseguido passam também pela forma como se constituiu cada um destes partidos (apressada, sobretudo no que se refere ao PSD) e pelos respectivos antecedentes: o PS, com origens que remontam à 1.^a República, constituir-se-ia a partir dos meios democráticos da oposição declarada à Ditadura; o PSD teria a sua génese na ala liberal da velha AN, a qual propugnava uma oposição mitigada ao regime então vigente.

Também nos parece de considerar a respectiva evolução primeira, em ambos condicionada pelo período especialmente conturbado da vida política nacional que então se vivia, pela (re)elaboração, à altura, dos seus programas, obedecendo a condicionalismos vários e limitativos da livre expressão das diferentes ideologias, e pela inexistência, por parte de alguns dos seus militantes e dirigentes (especialmente do PSD), duma «carta de nobreza democrática» devidamente consolidada.

Em suma, o «consenso» gerado passou também pelas clivagens existentes no seio de cada um dos partidos, resultantes dos factores que vimos delineando. Os programas desfazados da realidade e as lutas entre as «oligarquias» constituídas ao nível das cúpulas consecutivamente consolidadas²⁶, não permitindo sequer uma renovação minimamente saudável das *élites*, levariam à implementação de estratégias pessoais, que veriam, aqui e agora, a possibilidade de viabilizar os seus intentos.

De entre as múltiplas estratégias orientadas nesse sentido sobressai, sem sombra de dúvida, a da negociação das candidaturas às eleições presidenciais de 1985, a qual, especialmente ao nível do PSD, viria a desencadear acesa polémica. No que se refere ao PS, a candidatura «certa» de Mário

²⁵ Tendo sido escolhidos 9 ministros do PS, 7 do PSD e 1 independente. Veja-se constituição do 9.º Governo Constitucional no gráfico II.

²⁶ Conforme já tivemos ocasião de analisar, no que respeita ao PS cf. Maria José Stock e Bernd Rother, «Il Decimo Anniversario del PS Portoghese: 1973-1983», in *Città e Regione*, Firenze, n.º III, Junho 1983, e no que se refere ao PSD cf. Maria José Stock, «O PSD: retrato de uma década», in *Expresso* de 6 de Maio de 1984.

Soares deixaria desde logo evidente o interesse deste no consenso com os sociais-democratas.

Todos estes aspectos poderão resultar mais evidentes através da análise da morfologia dos dois parceiros da coligação, da descrição empírica e da classificação dos processos e formas que lhe são inerentes. A origem e a constituição dos dois partidos em causa são, logo à partida, aspectos que convirá precisar, dada a influência exercida na posterior evolução de cada um e, conseqüentemente, na formação do «bloco central».

As bases programáticas são também determinantes na explicitação do carácter e dos objectivos dos partidos políticos. Sendo formações de ideias, os programas actuam contudo como momentos duma realidade política, e daí a importância duma análise sociológico-ideológica que, pressupondo o conhecimento das ideias-base que estão na origem dum programa, das diferentes modificações a que está sujeito, seja também capaz de analisar a estrutura organizativa e social dos partidos e o seu comportamento político geral nas diferentes situações. No caso presente, mais do que o aspecto formal dos programas, o que nos preocupou foi a desadequação crescente destes com a *praxis* dos partidos políticos em causa.

Partindo do princípio de que não existem quadrículas estanques, todas estas componentes deverão ser analisadas numa perspectiva dinâmica e de inter-relação mútua com outras variáveis dos partidos, tais como as características das respectivas base social de apoio, composição das *élites* e interesses sociais neles representados.

3.1 ORIGEM E CONSTITUIÇÃO

O PS e o PSD tiveram uma origem e constituição diferentes. Conquanto reclamando-se ambos herdeiros da velha tradição republicana, seria o primeiro a chamar a si o maior número de representantes desse sector de opinião da sociedade portuguesa.

Formado a partir da Acção Socialista Portuguesa²⁷, o PS iria reproduzir as clivagens resultantes da fusão das inúmeras sensibilidades já existentes na ASP. Herdeiro desta e da pluralidade das suas distintas componentes ideológicas, a nova alternativa socialista, que se consubstanciou na fundação do PS, a 19 de Abril de 1973, na RFA, haveria de reflectir as características da organização que lhe estava na origem. Se a confluência dessas inúmeras correntes enriqueceu indubitavelmente o Partido, proporcionando-lhe uma imagem plurifacetada e aberta, também nela residiu a causa de muitas das clivagens internas que se seguiriam e a permanente dificuldade de clarificação ideológica que se tem vindo a fazer sentir.

Ao PS adeririam então personalidades provenientes dos mais diversos sectores da oposição ao regime vigente, desde os meios sindicalista e católico progressista, aos grupos de exilados, entre os quais se contava com influências dos teóricos neomarxistas, das correntes de Maio de 1968 e das novas teorias freudo-marxistas e estruturalistas. A par destas sensibilidades, o PS agregaria também elementos partilhando os velhos ideais republicanos e

²⁷ Criada em Genebra em 1964, por impulso de vários grupos oposicionistas à Ditadura de Salazar. Mário Soares seria eleito, na altura, para secretário-geral da ASP, a qual, conquanto tendesse para partido, não o era no sentido estrito do mesmo. Quanto aos princípios e bases orgânicas da ASP, veja-se *Para Uma Democracia Socialista em Portugal*, Roma, «Textos ASP», 1970, e *Portugal Socialista*, n.º xxvi, ano iv, Julho de 1970; n.º xxx, ano v, Outubro de 1971; e n.º xxxiii, ano v, Setembro de 1972.

socialistas que tinham sobrevivido, conquanto efemeramente, durante o período da Ditadura²⁸. O PS teve assim uma origem exterior, formou-se a partir duma instituição preexistente, cuja actividade se situava fora do sistema, dado o regime então vigente no País.

Quanto aos antecedentes históricos do PSD, remontam à década de 60, quando se iniciou a prometida liberalização democrática. A «primavera» de Caetano teria duas vertentes fundamentais: uma, adepta da abertura dentro do próprio sistema, consubstanciada na «nova geração» do regime vigente, a qual, apesar de nunca se ter constituído em corrente organizada, estaria implicitamente na base da posterior formação do CDS; a outra resultaria do convite feito por Melo e Castro a figuras que ofereciam uma oposição mitigada ao regime, no sentido de integrarem as listas para as eleições de 1969, com o fim de matizar-se a mudança com uma efectiva abertura do sistema. À volta desse grupo de deputados²⁹, que ficaria conhecido como a «ala liberal» da AN, formar-se-ia um vasto grupo de opinião, o qual, encabeçado por Sá Carneiro, Magalhães Mota e Pinto Balsemão, viria, depois de derrubada a Ditadura, a dar origem ao PPD, formado a 6 de Maio de 1974.

No então PPD confluiriam também militantes provenientes dos sectores mais variados da sociedade portuguesa, desde os meios progressistas ligados às SEDES e à igreja católica (principalmente vindos da JUC), aos quadrantes mais conservadores que temiam ainda a imagem de «direita declarada» do CDS, passando pela Maçonaria e pelo grupo de defensores dos velhos ideais republicanos. No entanto, estes últimos sectores estariam preponderantemente representados nas fileiras do PS, imprimindo desde logo a este Partido características específicas que o distanciariam do PPD, no qual a influência dos membros da JUC e da SEDES se faria sentir com particular acuidade.

3.2 BASES PROGRAMÁTICAS

O PS declarar-se-ia, desde a sua formação, inspirado num marxismo não dogmático, tendo como objectivo o alcance de uma sociedade sem classes, procurando demarcar-se, por um lado, dos partidos que, reclamando-se da social-democracia, no seu entender apenas pretendiam gerir o capitalismo, e, por outro, do socialismo burocrático dos países do Leste. Propunha-se também complementar a democracia representativa com uma prática democrática basista, propugnando a autogestão, o cooperativismo, a iniciativa sindical e a formação de conselhos operários³⁰. O PS demonstraria desde o início a sua intenção de se apresentar como uma organização aberta e democrática, não dogmática, cujas estruturas directivas seriam controladas pela base, admitindo-se a expressão de correntes diferenciadas dentro de uma orientação socialista comum³¹.

²⁸ Durante a vigência do Estado Novo constituíram-se vários agrupamentos democráticos, dotados de frágeis estruturas organizativas, entre os quais se salientaram o grupo da *Seara Nova*, cujo principal expoente seria António Sérgio, a Aliança Republicana e Socialista, surgida depois do 28 de Maio, sob a influência de alguns elementos responsáveis pelo 5 de Outubro, o MUNAF e o MUD, movimentos de oposição ao regime com grande cariz socialista, o Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista e a Resistência Republicana e Socialista. Cf. *Portugal Socialista*, n.º XX, ano III, 1969. Sobre o contributo das diversas correntes ideológicas para a formação do PS veja-se António Reis, *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*, Damaia, Ed. Portugal Socialista, 1979.

²⁹ Dentre os quais se salientariam Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Machado e Pinto Leite.

³⁰ Cf. *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, «Textos Portugal Socialista», Lisboa, 1973, p. 12, e *Relatório de Mário Soares ao Congresso Constitutivo do PS*, 1973.

³¹ *Ibid.*

Quanto ao PPD, no plano ideológico e político, dizia-se inspirado no socialismo humanista, inerente aos partidos sociais-democratas da Europa ocidental, aceitando os ideais do socialismo e procurando realizá-lo através da construção duma sociedade livre e democrática³². Era pois seu objectivo declarado a luta pela democracia e pelo socialismo, exigindo-se uma profunda mas gradual transformação das estruturas da sociedade portuguesa, uma visão económica e social assente na planificação da economia, no predomínio do interesse público sobre o privado, pugnando-se pelo controlo através das autarquias, sindicatos, cooperativas, co-gestão e fiscalização por parte dos trabalhadores, empresas de economia mista e nacionalizações³³.

É de notar que, em termos meramente programáticos, a distância entre os dois partidos não era abissal. Conquanto o discurso do PS estivesse eivado, à altura, de conceitos marxistas radicalizantes e a linguagem do PPD fosse mais reformista, ambos apontavam para a construção duma sociedade socialista, diferindo fundamentalmente quanto à via para a atingir. Para o PS seria essencial a colectivização dos meios de produção; para o PPD, conquanto se apelasse às nacionalizações, a tónica residia no socialismo de distribuição. Contudo, esta diferença viria a revelar-se muito importante no desenrolar dos acontecimentos, nomeadamente no que se refere à política económica a seguir.

Do radicalismo verbal presente no programa do PS de 1973, reforçado quando do 1.º Congresso na legalidade (1974) e que viria posteriormente a diluir-se, não pode depreender-se a existência, por parte deste Partido, de uma análise e estratégia verdadeiramente marxista. A corroborar a nossa opinião, a inexistência, naquelas duas versões do programa, de tomadas de posição sobre a eventual transformação do aparelho de Estado durante a fase de transição para o socialismo, o que de forma alguma está de acordo com uma programática marxista. É também um facto que o PS aceitou sem críticas a democracia parlamentar e o sistema de partidos, fazendo mesmo disto o cerne da sua actuação. No entanto, também é um facto comprovável que o PS, logo após o derrube da Ditadura, temendo perder a corrida para a liderança do processo revolucionário, se mostrara aberto a um certo frentismo popular³⁴, só revendo esta sua posição a partir dos momentos iniciais mais dramáticos do PREC. Além disso, o PS teve e tem ainda no seu ideário um projecto de apropriação colectivista dos meios de produção, que está em total dissonância com o projecto presente nas bases programáticas do PSD, que aponta para um socialismo de distribuição.

3.3 EVOLUÇÃO ESTRUTURAL

Constituído na clandestinidade, o PS, até à Ditadura, agregava um número reduzido de militantes³⁵. Depois do 25 de Abril cresceria enormemente

³² Veja-se *Programa do PPD*, 1974.

³³ *Ibid.*

³⁴ Na sequência da «frente antifascista alargada» e do projecto de cooperação entre o PS e o PCP, na altura advogado pelos dois partidos. Cf. «Destruir o sistema, construir uma nova vida», relatório do secretário-geral do PS, lido, discutido e aprovado no Congresso de Maio de 1973, in Mário Soares, *Escritos do Exílio*, Lisboa, 1975, comunicado conjunto do PS e do PCP, Setembro de 1973, e entrevista de Mário Soares ao *Diário de Notícias* em 22 de Julho de 1974.

³⁵ As informações vão de 600 a 3000 militantes; este último montante seria o indicado por Mário Soares ao *Diário de Notícias* em 3 de Março de 1975 e foi a partir dele que estabelecemos os efectivos e as percentagens entre 1973 e 1984 (contando com o movimento «oficial» de inscrições e anulações em cada ano, fornecido pelo Departamento Central de Dados do PS).

e de uma forma muito rápida, com a consequente dificuldade para as estruturas partidárias de acompanhar este ritmo de crescimento³⁶. Em Dezembro de 1974, o PS tinha já 40 000 militantes inscritos, em 1975 mais de 80 000 e em finais de 1976 os seus efectivos ultrapassavam os 90 000³⁷.

Em 1974-75, elementos de convicções muito diferentes adeririam ao PS: em 1974 mais «à esquerda», em 1975 mais moderados e anticomunistas. Nos dois anos seguintes, o crescimento diminuiria devido ao decréscimo das inscrições (7300 em 1977 e 1978, contra 16 332 só em 1976) e ao aumento das anulações³⁸, chegando o Partido ao fim de 1978 com 96 563 militantes³⁹, ou seja com um grau de organização na ordem dos 1,5% dos eleitores inscritos, uniformemente distribuídos pelos diferentes distritos. Hoje, o PS conta com 139 000 militantes, isto é, com um grau de organização da ordem dos 2,0%.

O período de formação do então PPD foi também caracterizado por uma intensa actividade com vista à sua consolidação na cena política nacional. O seu esforço de implantação social seria levado a cabo mediante campanhas de adesão e comícios, procurando-se captar o centro, o centro-esquerda e as alas da esquerda não marxista. Em finais de 1974, o PPD contava com 14 800 militantes inscritos e em fins de 1975 com 27 600⁴⁰, sendo o seu grau de organização em 1978 na ordem dos 0,6%. Hoje, o PSD conta com 80 000 militantes (segundo fontes partidárias), ou seja com um grau de organização na ordem dos 1,1% dos eleitores inscritos⁴¹.

Contudo, a principal cartada ao nível dos sectores da população eventualmente mais sensibilizados pelo socialismo democrático estava a ser jogada pelo PS, em princípio mais vocacionado para o efeito e com uma história menos curta, conquanto programática e organizativamente também pouco consolidado.

Consciente desta situação, da qual decorreria uma certa dificuldade de alargamento à esquerda, e do facto de o PPD estar a perder influência ao nível do potencial eleitorado do centro-direita (como consequência da inflexão à esquerda sofrida depois do 1.º Congresso), Sá Carneiro lideraria a viragem partidária no congresso de Aveiro, em Dezembro de 1975.

O PPD apresentava então um certo hibridismo ideológico, com a adesão, a partir do seu 1.º Congresso, de elementos dos mais variados quadrantes políticos e uma base social de apoio bastante heterogénea, o que viria a gerar as subsequentes controvérsias e cisões.

Quanto ao PS, iniciaria então um trajecto via a supremacia da sua componente liberal e do socialismo reformador sobre a componente marxista⁴².

³⁶ Os congressos distritais do PS só se reuniram no final de 1977.

³⁷ Cf. *Le Monde* de 17 de Dezembro de 1974 e declarações de Jaime Gama ao *Diário de Notícias* em 1 de Novembro de 1976.

³⁸ Tendo em conta o abandono do Partido por muitos militantes quando da coligação PS/CDS, e depois da demissão do 2.º Governo, em Julho de 1978, e dado não se fiscalizar, à altura, o sistema de quotas, não se controlando eficazmente as saídas do Partido, podemos assegurar que estes números não correspondem totalmente aos factos.

³⁹ Segundo elementos fornecidos pelo Departamento Central de Dados do PS e pelo *Confiar no PS — Apostar em Portugal*, relatório do secretário-geral Mário Soares, apresentado ao 3.º Congresso na legalidade, Lisboa, Março de 1979, anexo 1, p. 140.

⁴⁰ Segundo informações dos Serviços de Informática e Documentação do PSD.

⁴¹ Tendo em conta a taxa eleitoral, isto é, a relação entre o número de membros e o número de eleitores (geralmente maior nos partidos de quadros), era em 1983 de 7% e de 6%, respectivamente para o PS e para o PSD; por exemplo, para o CDS era da ordem dos 9% (cf. quadro n.º 1).

⁴² A partir de finais de 1976, o PS deixaria mesmo de definir o socialismo ao nível económico como a colectivização dos meios de produção, como o fizera no seu programa, mas como a coexistência concorrencial dos três sectores. Veja-se *Dez Anos para Mudar Portugal. Proposta*

A desadequação entre o seu programa e a prática que se seguiria, fundamentalmente quando poder, constituiriam o terreno propício para os conflitos que haveriam posteriormente de se dar.

A reflexão que o PS encetaria sobre a inadequação do seu projecto teórico original, perante os acontecimentos tumultuosos de 1975 e o agudizar da crise, levaria à diluição do discurso marxista revolucionário presente na primeira fase da implantação do Partido e ao reforço deixado pela ala esquerda do republicanismo português⁴³.

Para além dos discursos mais ou menos radicais, que se prolongariam durante os dois anos de governação, o cerne do projecto do PS foi a sociedade de bem-estar. A preocupação demonstrada quanto ao alargamento dos direitos dos trabalhadores foi, de uma forma geral, menor que nos projectos dos partidos irmãos da Internacional Socialista. Neste aspecto seria determinante o facto de, quando Governo, o PS se ter visto confrontado com uma situação atípica, dado as «conquistas» dos trabalhadores já se terem processado e institucionalizado. Isto à revelia de uma *praxis* normal de implantação dessas conquistas mais gradual e reformista, ou seja, mais conforme com a política dum partido socialista em termos europeus ocidentais. Daí o «socialismo na gaveta».

Tendo assim em conta a base programática bastante radical da qual partiu, o PS sofreu uma trajectória gradativa no sentido duma maior moderação. A imagem do partido social-democrata europeu, que quis demonstrar nas eleições de 1983, fazendo valer a sua componente mais moderada e o maior pragmatismo das suas propostas, esteve bastante longe dos discursos radicais da primeira fase da sua implantação. No fundo, a análise que o PS fez do Estado, foi essencialmente realizada ao nível das estruturas formais do Governo (Estado do capital = ditadura, Estado do povo = democracia), e não segundo as estruturas socioeconómicas dominantes na sociedade (capitalismo *versus* socialismo).

Creemos basicamente que, em termos programáticos de fundo, não existe consonância entre os dois parceiros da coligação, o que não impede a sua existência no que se refere à *praxis* política do PS e do PSD. A apropriação colectiva dos meios de produção permanece o pano de fundo do ideário do PS; vide, devido a isso mesmo, o imobilismo constitucional, no que se refere ao sector económico. Pelo contrário, o PSD continua firmemente empenhado na alteração dos dados constitucionais neste domínio. O que só vem corroborar o facto de a consonância da prática política dos dois partidos se dever fundamentalmente a nenhum deles ter tido oportunidade, até à data, duma *praxis* conforme com os seus programas. Concomitantemente, o PS tem gerido conjunturalmente com uma *praxis* social-democrata, conquanto, estruturalmente, o seu comportamento tenha mais a ver com o seu ideário.

Em suma, enquanto o cenário final do PS seria eventualmente a actual estrutura socioeconómica, o PSD não vai tão longe, apontando para um socialismo de distribuição, mais gradativo e reformista.

PS para os Anos 80, Lisboa, 3.º Congresso do PS, Março de 1979, pp. 136 e 142, e entrevista de Jorge Campinos ao *Século Ilustrado* em 12 de Dezembro de 1977.

⁴³ Tradição liberal e republicana que levaria o PS, desde 1975, a evidenciar o não pretender uma aliança estreita com o MFA e a rejeitar categoricamente o papel político aos oficiais, fossem de esquerda ou de direita. Cf. comunicados do Secretariado Nacional do PS de 20 de Fevereiro de 1975 e 23 de Maio de 1975 e Mário Soares, *Portugal — Welcher weg zum Sozialismus (Interview mit Dominique Pouchin)*, Berlim, 1976, p. 106.

3.4 CARACTERÍSTICAS ORGANIZACIONAIS

No que concerne à estrutura organizacional, vemos logo à partida, pela análise comparativa dos respectivos Estatutos, que os dois partidos da actual coligação apresentam uma estrutura semelhante (vide gráfico III). Mesmo no que respeita ao comportamento dessas estruturas, cuja análise ultrapassa claramente os limites do que está formalmente estabelecido, encontram-se apenas *nuances* particulares, não grandes diferenças funcionais.

Tanto no caso do PS como no do PSD se pode afirmar que as organizações de base são a sua «estrutura legítima» (no sentido sociológico do termo), na medida em que formam o núcleo fundamental da sua acção, satisfazendo as exigências de enquadramento das massas. Quanto à actividade das respectivas organizações de base, as secções e os núcleos, depende dos locais e em ambos os Partidos aumenta consideravelmente nos períodos eleitorais.

Depreende-se, pois, que a estrutura dos dois Partidos é de molde a proceder ao enquadramento das massas populares e, para isso, os Partidos em causa dispõem, a par do seu aparelho organizativo, dum sistema de filiação completado por um mecanismo de quotizações individuais, nas quais repousam parte das suas receitas. Em qualquer dos Partidos, as quotas dos militantes são totalmente assimiladas ao nível local; no PS, em 1984, a quota mensal mínima era de 50\$, no PSD, de 25\$, sendo que a média mensal das quotizações no mesmo ano rondava, respectivamente, 60\$ e 39\$⁴⁴.

Apesar das semelhanças estruturais existentes, o aparelho do PSD é, ao nível do escalão intermédio, mais complexo do que o do PS⁴⁵. Além disso, e apesar da maior desagregação do aparelho partidário a que o PS procedeu nos dois Congressos de 1981, o PS apresenta uma estrutura mais basista, dado as secções e os núcleos elegerem directamente os seus delegados ao congresso, o que não acontece no seu parceiro da coligação. Esta característica, reveladora de um certo atomismo e anarquismo, resultou de reivindicações das bases do Partido, tendo-se este processo mantido apesar das tentativas levadas a cabo no Congresso de 1976, no sentido da sua alteração.

A estrutura orgânica e funcional repete-se de forma quase idêntica nos dois Partidos; há praticamente a mesma multiplicação de órgãos, multiplicidade de funções e repartição de tarefas nos sucessivos níveis dos aparelhos partidários⁴⁶. Há pois identidade organizacional nos diversos escalões dos dois Partidos. O sentido da articulação é em ambos preponderantemente vertical, assumindo o sistema de relações de interdependência no todo maior precisão ao nível do PS que do PSD. Os órgãos de mediação entre as bases e as cúpulas, conquanto com diferente nomenclatura, consoante o partido, exercem praticamente as mesmas funções em qualquer deles. As relações horizontais são em ambos os casos fracas, tornando-se difícil no PSD estabelecer a articulação dos núcleos entre si e entre estes e as secções, visto nos Estatutos não ser evidente a forma como se processam estas ligações.

⁴⁴ Segundo informações do Departamento Central de Dados do PS e dos Serviços de Informática e Documentação do PSD. Cf. quadro n.º 1.

⁴⁵ Vejam-se organigramas do PS e PSD: gráfico III.

⁴⁶ Conforme sublinharia Duverger, «quanto mais se pretende assegurar uma conexão precisa entre os distintos elementos de base, mais se é conduzido a multiplicar os órgãos do Partido, a desenvolver os seus papéis, a definir entre eles a repartição das tarefas e a criar desta forma, em lugar duma autoridade embrionária fracamente organizada, um verdadeiro aparelho de Estado com separação de poderes». Cf. Maurice Duverger, *Les Partis Politiques*, Paris, Librairie Armand Colin, 7.ª ed., 1969, pp. 66 e 67.

Tanto num como noutro Partido existe descentralização, pelo menos em princípio, no que respeita tanto à separação de poderes, como ao nível das tomadas de decisão, no que se refere tanto a problemas de carácter local, como nacional. Disso é exemplo a possibilidade do referendo às bases⁴⁷ (introduzido no PSD no Congresso de 1983), mecanismo que contudo só ainda foi posto em prática ao nível do PS, imediatamente a seguir às legislativas de 1983, para definição da estratégia de alianças.

Da democraticidade interna dos dois partidos são exemplo, para além do já referido, os processos de eleição a todos os níveis, como controlos específicos dos mandatos, nenhum caso de cooptação ou designação e relativamente poucos de cargos por inerência⁴⁸. Contudo, apesar da estrutura democrática que os dois Partidos apresentam, manifestam-se em ambos tendências oligárquicas ao nível das respectivas cúpulas⁴⁹. Conforme já tivemos ocasião de referir em trabalhos anteriores⁵⁰, enquanto estes traços oligárquicos assumem, no PS, a forma de «fracções» ou «facções», organizadas portanto a partir das cúpulas partidárias, no PSD as constelações desses grupos rivais formam os «baronatos», constituídos ao nível do «círculo interior» do Partido, com fraca repercussão ao nível das bases. No PS, algumas facções tiveram inicialmente uma matriz ideológica, mas hoje são-no fundamentalmente de oportunidade, consubstanciadas em táticas de carácter híbrido.

O facto de não haver descentralização ideológica nos dois Partidos, devido a não ser estatutariamente permitida a auto-organização de tendências com denominação própria, impede que seja formalmente assegurada e assumida, na prática, a existência de uma oposição no interior dos mesmos.

Por outro lado, mecanismos democráticos como os processos de eleição para a escolha de dirigentes revestem-se, por vezes, tanto ao nível do PS como do PSD, de características que põem em causa a sua democraticidade. Disto são exemplo as manipulações subjacentes à eleição de delegados aos congressos nacionais, à escolha dos candidatos a deputados e ao sufrágio indirecto para outros órgãos nacionais. Na prática, existe uma autocracia disfarçada.

Dão-se também vários casos de simultaneidade de funções, ao nível dos dirigentes nacionais da armadura partidária e do grupo parlamentar, quer do PS quer do PSD, através dos processos que Duverger chamou «absorção» e «união pessoal»⁵¹. Os grupos parlamentares respectivos estão, quer num caso quer noutro, sob a dominação do escalão superior do aparelho partidário, processo só contrariado pela efectiva separação de funções e pela eventual quebra da disciplina de voto.

As «facções» oligárquicas e os «baronatos» desempenham um importante papel no recrutamento dos dirigentes socialistas e sociais-democratas,

⁴⁷ Conquanto, à primeira vista, o referendo não esteja necessariamente relacionado com a descentralização partidária, está-o de facto, tendo em conta a imagem que dá aos militantes da sua eficácia político-partidária subjectiva, segundo o conceito de Gabriel Almond e Sidney Verba, *op. cit.*, pp. 15-16.

⁴⁸ Conforme se pode observar pela análise do quadro n.º 3 sobre a origem e composição dos órgãos nacionais do PS e do PSD.

⁴⁹ As quais, como Michels sublinharia na sua obra clássica, surgem em todas as organizações humanas dirigidas a um fim. Cf. Robert Michels, *Les Partis Politiques*, Paris, Flammarion, 1971 (1.ª ed., 1905).

⁵⁰ Cf. Maria José Stock e Bernd Rother, *op. cit.*, e Maria José Stock, «O P. S. D.: retrato de uma década», in semanário *Expresso* de 6 de Maio de 1984.

⁵¹ Cf. Maurice Duverger, *Les Partis Politiques*, Paris, Librairie Armand Colin, 7.ª ed., 1969.

funcionando como veículos fundamentais nesse processo, o que determina necessariamente um certo imobilismo ao nível das chefias, já que estas pretendem garantir a sua própria continuidade⁵². Tanto num como noutro Partido, o recrutamento é feito por grupo dotados de vários interesses e objectivos, muitas vezes colidindo uns com os outros. Os laços que se estabelecem entre eles ajudam a perceber a estrutura do respectivo partido e, visto não existir, nem no PS, nem no PSD, uma distribuição igual no que respeita à partilha das finalidades do próprio partido, dado esses grupos deterem objectivos específicos dentro do mesmo, geram-se situações intrapartidárias pouco transparentes. Este processo agrava-se, no caso do PS, pela situação deficitária que o Partido continua a apresentar no que se refere a quadros médios com formação e experiência adequada, não se tendo vindo a efectivar até à data a escala para a formação de quadros, tão propalada por Mário Soares.

A luta pessoal pela obtenção de determinados lugares e posições, as polémicas muitas vezes surgidas mais à volta de pessoas que de ideias⁵³, têm, tanto entre os socialistas, como entre os sociais-democratas, dificultado uma verdadeira democratização ao nível interno, verificando-se certas tendências para a personalização do poder, hoje mais diluídas, mas ainda presentes em qualquer dos Partidos. Tanto no PS como no PSD, estas tendências assumiram, em determinadas alturas, um papel proeminente nos conflitos internos, com graves reflexos ao nível nacional, e tudo nos leva a supor que esses antagonismos se tendem a agravar.

3.5 A BASE SOCIAL DE APOIO E AS ÉLITES DIRIGENTES

Em termos genéricos, pode afirmar-se que o comportamento eleitoral do PS e do PSD, em 1983, se não afastou muito das conclusões a que chegaram os estudos relativos às eleições de 1975⁵⁴. Em função dos elementos disponíveis, parece-nos que as tendências fundamentais delineadas nessa altura se verificaram ainda nas legislativas de 1983.

O eleitorado social-democrata está distribuído de forma relativamente homogénea, com duas áreas nítidas de representação eleitoral: no Norte, com valores acima da sua média nacional; no Sul, em que se situa abaixo dessa média. No Centro do País verificam-se as maiores flutuações nos resultados obtidos. Aliás, é nesta zona, como nas áreas urbanas do litoral, que o PSD disputa com o PS o seu eleitorado.

Relativamente às eleições anteriores, merece relevo especial o facto de o PSD ter perdido, em 1983, a sua influência nalguns distritos do Norte (Porto, Vila Real e Viseu) e do Centro (Coimbra e Leiria), incrementando os seus ganhos nalguns distritos do Sul (Portalegre, Setúbal, Évora e Faro), em Lisboa, Açores e Madeira. A perda de votos nas zonas onde a sua influência pare-

⁵² É a «função de manutenção e adaptação» de que nos fala Almond no prefácio da sua obra. Cf. Gabriel Almond e James S. Coleman, *The Politics of the Developing Areas*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 1960.

⁵³ Os próprios dirigentes nacionais têm vindo a reconhecer o facto. Veja-se, no que respeita ao PS, a crítica formulada por Mário Soares no *Relatório e Moções Apresentado ao II Congresso do P. S.*, Lisboa (30-31 de Outubro e 1 de Novembro), 1976, pp. 10 e segs.

⁵⁴ Cf. Augusto da Silva, «Eleições 75 — fenómeno socio-cultural», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX e XXI, GIAS, ISESE, 1975, pp. 86 e segs., e Jorge Gaspar e Nuno Vitorino, *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagens dos Partidos*, Lisboa, 1976, pp. 22 e segs. Para uma panorâmica geral dos resultados eleitorais dos dois Partidos, desde 1975, veja-se quadro n.º 1.

cia mais sólida e o crescimento relativo nas áreas onde o Partido permaneceu com audiência escassa são tendências que já se vinham a delinear nos actos eleitorais anteriores.

Quanto ao eleitorado socialista, os dados disponíveis mostram que este Partido está fundamentalmente implantado no Centro e no Sul do País, para além das zonas urbanas de Lisboa e Porto (sobretudo no Porto, onde tem sempre conseguido a mais elevada percentagem de votos relativamente aos outros partidos). Duma forma geral, o PS está solidamente implantado tanto nas zonas rurais como urbanas, nas regiões industriais como nas agrícolas.

Apesar de a estrutura socioprofissional isolada não ter determinante na orientação do voto⁵⁵, verificam-se certas tendências nas opções eleitorais, analisadas a partir das percentagens obtidas por cada um dos Partidos, em cada distrito, perante os dados da população activa⁵⁶. Assim, tanto o PSD como o PS têm a maioria dos seus eleitores nas zonas onde é preponderante a classe média urbana e agrária. Nas zonas urbanas, os eleitorados social-democrata e socialista são recrutados fundamentalmente no sector de serviços, ao nível da pequena e média burguesia. A audiência do PS faz-se também sentir nas zonas industrializadas do Norte (distrito do Porto). Nas zonas rurais, o PSD está melhor implantado junto dos pequenos e médios proprietários, sobretudo no Norte e Centro do País e nas manchas de pequena propriedade do Sul; o PS, nas zonas onde predomina o assalariado agrícola.

Ainda no que se refere à implantação geográfica, convém ter em conta o número de residências das câmaras que cada Partido detém. Se, em 1976, o PS e o PSD iam a par, os resultados das últimas eleições autárquicas concederiam a maioria a este último Partido. Se olharmos ao número de telefones por sede partidária, veremos que este indicador mostra uma maior implantação do PS em quase todas as localidades do continente. O PSD apresenta um número superior de telefones nas regiões autónomas e nas localidades do continente situadas no distrito do Porto (salvo no que se refere ao Grande Porto) e restantes, desde que não sejam capitais de distrito⁵⁷.

A implantação sindical dos dois Partidos é relativamente diminuta. O próprio PS, mesmo durante a Ditadura, teria sempre uma influência muito limitada nos sectores sindicais da oposição ao regime. Só depois de meados de 1975 conseguiu o PS conquistar maiorias nalguns sindicatos (nomeadamente no sector dos serviços), tendo vindo a perdê-la em finais de 1976. Até 1978, o PS não obteria qualquer hegemonia nem nos sindicatos, nem em organizações de agricultores, empresários ou comerciantes. Quanto ao PSD, alcançaria algumas posições em certos sindicatos ligados aos serviços, mas tanto um como outro Partido só conseguiriam obter uma ligação efectiva e permanente ao nível organizacional com o sector sindical quando da fundação da UGT, em fins de 1978⁵⁸.

⁵⁵ Cf. Augusto da Silva, «Eleições para a Assembleia da República», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX-XX, GIAS, ISESE, 1976.

⁵⁶ Tomando como ponto de referência a estrutura de 1970. Cf. INE, *Censo de 1970*.

⁵⁷ Cf. *Atlas Eleitoral. Resultados Eleitorais 1974 a 1984*, Ed. Progresso Social e Democracia, 1984, pp. 25 e 26.

⁵⁸ A UGT, que engloba 48 sindicatos com cerca de 650 000 membros, resultou duma clivagem no seio da CGTP-Intersindical, como resultado das correntes divergentes e irreconciliáveis nela existentes. O PS, depois de abandonar esta central sindical, estabeleceu um pacto com o PSD, que originaria a criação da UGT, a qual defende um modelo reformista-pluralista e é sobretudo constituída por sindicatos ligados aos serviços.

Através da listagem dos 10 principais sindicatos com implantação socialista e social-democrata, vê-se que esta se faz sentir, em ambos os casos, sobretudo ao nível dos sindicatos ligados ao sector dos serviços⁵⁹. Contudo, enquanto a influência do PS está presente em dois sindicatos ligados ao sector secundário, a do PSD limita-se praticamente ao sector terciário. No sector agrícola, pode dizer-se que os sociais-democratas exercem uma influência relativa na CAP e os socialistas nas UDAs⁶⁰.

Para além do já referido, tanto num como noutro dos Partidos, o movimento sindical apresenta clivagens internas⁶¹, conforme já nos foi dado observar em trabalhos anteriores. No PS, a luta continua a fazer-se sentir, embora de forma mais atenuada, entre os «sindicalistas» e os «obreiristas»; no PSD, entre os «socioprofissionais» e os «Tesiresd», conquanto a primeira tendência referida tenha ganho a maioria no seio do movimento quando do último Congresso dos Trabalhadores Sociais-Democratas e feito valer as suas teses na 11.ª Cimeira Social-Democrata.

Dada a impossibilidade de conseguir obter elementos que permitam proceder à caracterização aprofundada dos inscritos no PS⁶², como já o fizemos em relação quer ao PSD, quer ao CDS⁶³, limitar-nos-emos aqui à comparação entre os dirigentes nacionais dos dois Partidos (cúpulas partidárias e grupos parlamentares), referindo os poucos dados de que dispomos em relação ao conjunto dos aderentes.

A distribuição dos inscritos do PSD fazia-se, relativamente ao número de fichas informatizadas até finais de 1983 (60 035), da seguinte forma: 79,6% de homens, 20,4% de mulheres; 31% com menos de 30 anos, 58% entre 30 e 60, 11% com mais de 60; no que se refere aos grupos ocupacionais e socio-profissionais, os inscritos no PSD distribuía-se pelos funcionários «menores» dos serviços (19,7%), quadros médios (18,5%), operários (13,5%), estudantes (11,5%), agricultores (8,5%), donas de casa (7,1%), quadros superiores (6,0%), industriais (3,8%), assalariados vários (2,9%), comerciantes (1,5%), além de 2,5% serem reformados/desempregados e 4,5% terem declarado profissão não especificada.

Os inscritos no PSD são assim, na sua maioria, do sexo masculino, têm menos de 60 anos de idade e trabalham sobretudo no sector terciário. Cremos que, enquanto formulada nestes termos muito gerais, a base social de apoio do PS não difere muito da do PSD, mas não podemos, de momento, avançar nesta temática, dado não dispormos de elementos discriminados que nos possibilitem saber em que proporção é que os inscritos do PS se distribuem pelas diferentes categorias. Pensamos que, perante os dados relati-

⁵⁹ Veja-se lista dos 10 sindicatos onde os dois Partidos têm maior implantação no quadro n.º 4.

⁶⁰ As UDAs não são reconhecidas como parceiros sociais e a pouca importância que têm exercem-na no Centro do País.

⁶¹ No que concerne ao PS, veja-se Maria José Stock e Bernd Rother, *op. cit.*; no que respeita ao PSD, veja-se Maria José Stock, «O P. S. D.: retrato de uma década», in *semanário Expresso* de 6 de Maio de 1984.

⁶² Procedemos a inúmeras tentativas, todas sem êxito. Apesar de o recenseamento dos militantes já estar concluído, os elementos constantes nas fichas não estão ainda disponíveis.

⁶³ Cf. Maria José Stock, «A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do P. S. D. e do C. D. S.», comunicação apresentada ao *Colóquio Formação de Modos de Acção de Grupos Sociais em Portugal depois de 1950*, Bad-Homburg, 12-15 de Dezembro de 1983 (policopiado).

vos à implantação sindical socialista⁶⁴, o PS terá eventualmente maior número de «militantes» no sector secundário que o PSD.

Se atentarmos no tempo de filiação no respectivo Partido, veremos que a maioria dos inscritos do PS se filiaram entre a data de fundação do mesmo (Abril de 1973) e finais de 1975; só nesse ano entraram para as fileiras socialistas 31,2% dos seus actuais «militantes»⁶⁵. Durante a permanência dos socialistas no poder (1.º e 2.º Governos Constitucionais) inscrever-se-iam 17,2% dos actuais aderentes e de 1979 a 1982 (governos AD) 15,6%.

Quanto ao PSD, se o seu crescimento nos primeiros tempos da jovem democracia portuguesa não atingiu os valores do PS, a partir do momento em que é poder, integrado na coligação AD, veria os seus efectivos largamente acrescentados, com a inscrição de 41% do total actual dos seus «militantes»⁶⁶. Desde o início de 1983 até Maio de 1984 filiaram-se 9,2% e 10,7% dos actuais efectivos, respectivamente no PS e no PSD⁶⁷.

Verifica-se, pois, que os acontecimentos políticos nacionais têm grande repercussão ao nível das adesões aos partidos, que se processam de acordo com os factos políticos mais significativos⁶⁸.

Na análise dos líderes dos dois partidos distinguimos os dirigentes das cúpulas partidárias e os membros dos grupos parlamentares⁶⁹. Se a presença feminina no PS é, no que se refere à liderança do aparelho do partido, superior à do PSD, neste último a percentagem de mulheres no grupo parlamentar é mais elevada que no primeiro⁷⁰.

Se tivermos em conta a composição sexual das bases sociais-democratas (79,6% de homens, 20,4% de mulheres), torna-se evidente a tendência ao «afunilamento», no sentido de ser difícil o acesso das mulheres aos cargos de liderança partidária.

Apesar de não dispormos de dados relativamente aos socialistas, podemos acreditar que os níveis da participação feminina nas bases serão semelhantes aos do PSD. O que só vem confirmar, mais uma vez, que as mulheres participam, sim (conquanto em níveis mais baixos que os homens), mas não detêm o poder, sendo-lhes vedado, mesmo que não oficialmente, o acesso ao mesmo.

No que concerne à idade dos dirigentes, é de notar que os dois Partidos apresentam uma estrutura razoavelmente jovem, apesar de se verificar o facto de o grupo etário de menos de 30 anos não estar, nem num caso, nem no outro, representado numa proporção muito alta⁷¹, o que se explica dado este grupo não ter ainda o «estof» que normalmente é exigido a um líder. Apesar da percentagem mais elevada, ao nível das cúpulas do aparelho, de dirigentes socialistas com menos de 30 anos, pode observar-se uma estrutura mais jovem ao nível do PSD⁷², conquanto ela também não corresponda à

⁶⁴ Vide quadro n.º 4.

⁶⁵ Vide quadro n.º 5.

⁶⁶ Id.

⁶⁷ Id.

⁶⁸ Já anteriormente tínhamos tido ocasião de verificar este fenómeno no que concerne à evolução das adesões e saídas do PS. Cf. quadros sobre o movimento das inscrições e das anulações no PS de 1973 a 1983 e gráfico respectivo (em índices) em Maria José Stock e Bernd Rother, «P. S.: a trajectória de um partido», in semanário *Expresso* de 14 de Maio de 1983.

⁶⁹ Vejam-se quadros n.ºs 6, 7 e 8.

⁷⁰ Cf. quadro n.º 6.

⁷¹ Cf. quadro n.º 7.

⁷² Id.

estrutura etária das bases do partido, de acordo com os elementos atrás fornecidos.

O mesmo se verifica, no que se refere à composição socioprofissional dos dirigentes deste partido, em relação às características dos inscritos; é clara pois a superioridade no «círculo interior» do PSD dos quadros superiores, os quais, no conjunto dos elementos pertencentes às cúpulas do partido, representam mais de dois terços do total dos grupos socioprofissionais/ocupacionais aí representados, seguido duma proporção muito inferior dos quadros médios (respectivamente 78,7% e 16,4%).

Ainda nas cúpulas dos aparelhos respectivos, verifica-se que o PS tem, em maior ou menor grau, todos os grupos aí representados (salvo no que se refere aos comerciantes), enquanto no PSD só existem quadros superiores, quadros médios, industriais e estudantes⁷³. Se, no PS, os quadros superiores são o grupo mais representado, seguido do dos quadros médios e dos funcionários «menores» do sector de serviços, a sua proporção não atinge no entanto os valores do PSD. Neste, apesar de a estrutura de base repousar em grande medida no grupo dos funcionários da «pequena burguesia» (19,7% dos aderentes), o grupo em causa está apenas representado, ao nível do grupo parlamentar respectivo, em 4% dos casos. Os dois Partidos denotam assim maior semelhança em termos de composição dos respectivos grupos parlamentares que dos órgãos superiores da cúpula dos aparelhos partidários.

A este nível, o PSD apresenta um desfazamento efectivo em relação à composição das suas bases, como nos foi dado verificar⁷⁴. Acreditamos que, apesar duma distribuição mais equilibrada ao nível dos seus dirigentes, se possa verificar no PS uma situação semelhante, perante as eventuais características do conjunto dos inscritos⁷⁵.

4. O PS, O PSD E O FUTURO DO CENTRISMO POLÍTICO

Tendo em consideração o atrás descrito, torna-se difícil proceder à classificação do PS e do PSD, dado extravasarem ambos as já clássicas tipologias de Duverger, Charlot ou Neumann.

Apesar de tanto um como outro dos Partidos apresentarem aspectos do «partido de massas», de Duverger⁷⁶, em termos das respectivas estratégias de implantação social prosseguidas e das componentes das suas bases sociais de apoio, aproximam-se ambos do *catch-all-party*, de Kirchheimer⁷⁷, e do «partido democrático de integração social», de Neumann⁷⁸.

⁷³ Cf. quadro n.º 8.

⁷⁴ O que pode vir a levantar o problema dum eventual choque entre a «representatividade jurídica» e a «técnica», conforme sublinharia Maurice Duverger em *Les Partis Politiques*, Paris, Librairie Armand Colin, 7.ª ed., 1969, p. 186.

⁷⁵ Segundo um estudo comparativo que efectuámos ao nível dos congressos do PS e do PSD de 1981, verificámos existirem diferenças significativas na composição sociológica dos delegados às respectivas cimeiras; se procedermos à extrapolação do perfil desses delegados, poderemos concluir que os aderentes socialistas, relativamente aos sociais-democratas, pertencem, em geral, a estatutos socioprofissionais mais baixos, nível de instrução inferior e provêm de meios familiares economicamente mais desfavorecidos. Cf. Maria José Stock e Luís F. Valente Rosa, «O perfil dos delegados aos congressos dos partidos em 1981», in *Economia e Sociologia*, n.ºs XXXVIII-XXXIX, número monográfico, Évora, GIAS, ISESE, 1984, pp. 59-94.

⁷⁶ Cf. Maurice Duverger, *op. cit.*, pp. 83 e segs.

⁷⁷ Cf. Otto Kirchheimer, *op. cit.*, pp. 184-188.

⁷⁸ Cf. Sigmund Neumann, *op. cit.*, pp. 403-405.

É certo também que, por um lado, a filosofia inerente às respectivas bases programáticas e, por outro, os aspectos de que se revestem as tomadas de decisão ao nível interno, já sem falar na forma como se processa, em ambos, a redução das exigências sociais, tendem a aproximá-los do «partido de eleitores», de Charlot ⁷⁹.

Nesta tentativa de classificar os Partidos em causa, ficou por fazer a análise das funções por eles desempenhadas, o que nos parece igualmente importante, tanto para a compreensão da sua própria estrutura, como para a análise do seu comportamento e das relações que entre eles se estabelecem ⁸⁰. Mormente no quadro da coligação que constituíram e no que se refere às presidenciais.

Se, como disse Merton ⁸¹, «a estrutura afecta a função e a função afecta a estrutura», para o cabal entendimento, não só do que está subjacente ao espectro político-partidário e às consequentes configurações governamentais, mas também às alterações que, no quadro destas estruturas, se têm vindo a problematizar, caberá reconhecer abertamente as funções «manifestas» e «latentes» ⁸² desempenhadas por cada um dos Partidos, pelo «bloco central» e, no fundo, pelo actual sistema político-partidário.

É um facto que a formação do Governo PS/PSD constituiu a maior tentativa de síntese das exigências sociais que, desde 1974, se operou ao nível do poder político. Resta saber se, apesar dos apoios, será suficientemente coeso para resistir à sobrecarga de exigências que lhe são formuladas e às tensões que lhe são inerentes. E se será capaz de actuar efectivamente como *pivot* das imprescindíveis alterações estruturais. Ou, então, a crescente desadequação entre a estrutura social e política em mutação acelerada e um sistema em «estagnação» poderá acarretar a sua disfuncionalidade. A grande dificuldade, que se tem vindo a fazer sentir por parte do actual modelo consensual-contratual, no sentido de exprimir, organizar e levar a efeito as imprescindíveis iniciativas de desenvolvimento, como também na tentativa de produzir uma liderança efectiva, poderá levar ao insucesso do sistema e ao emergir de soluções menos democráticas ou eventualmente mais participativas.

Um prognóstico resulta difícil. O sistema de partidos e a configuração governamental pode vir a conhecer evoluções significativas, mormente caso se concretize a formação do partido eanista e a eleição dum PR dum partido, processando-se dessa forma um realinhamento partidário relativamente à dinâmica institucional. Cremos, contudo, que qualquer eventual transformação da actual dinâmica deverá comportar necessariamente uma refundição suficientemente profunda de toda a estrutura social e política. A menos que esteja destinada ao falhanço. Ou que não passe de mera magia política.

Évora, Outubro de 1984.

⁷⁹ Cf. Jean Charlot, *Le Phénomène Gaulliste*, Paris, A. Fayard, 1970, pp. 63-66.

⁸⁰ Outro aspecto que consideramos fundamental consiste na análise da imagem que os «militantes» têm do seu Partido, assim como a natureza dos seus laços de pertença. A isso procurámos responder através dum estudo desencadeado ao nível de todos os partidos que tiveram congressos nacionais em 1981, cujos resultados foram divulgados no n.º XXXVIII, número monográfico da revista *Economia e Sociologia*, Évora, GIAS, ISESE, 1984. Para a caracterização duma amostra de militantes do PSD veja-se também o trabalho de Walter Opelle «Socialização política, actividades partidárias e orientações ideológicas duma amostra de sociais-democratas portugueses», comunicação apresentada ao *Colóquio sobre a Formação de Portugal Contemporâneo*, Fundação Calouste Gulbenkian, 2-15 de Dezembro de 1981.

⁸¹ Cf. Robert K. Merton, *Social Theory and Social Structure*, Free Press of Glencoe, 1957.

⁸² *Id.*, *ibid.*

BIBLIOGRAFIA

a) LIVROS E ARTIGOS

- ALMOND, Gabriel, e VERBA, Sidney, *The Civic Culture*, Nova Jérсия, Princeton University Press, 1963.
- ALMOND, Gabriel, e COLEMAN, James S., *The Politics of the Developing Areas*, Nova Jérсия, Princeton University Press, 1960.
- Atlas Eleitoral, Resultados Eleitorais 1974 a 1984*, Ed. Progresso Social e Democracia, 1984.
- BARROSO, José Manuel Durão, *Le Système Politique Portugais face à l'Integration Européenne*, Lisboa, APRI, Lausana, LEP, 1983.
- BARROSO, José Manuel Durão, *Le Système Politique Portugais face à l'Integration Européenne*, Lisboa, APRI, Lausana, LEP, 1983.
- BRUNEAU, Thomas, e BACALHAU, Mário, *Os Portugueses e a Política Quatro Anos depois do 25 de Abril*, sondagem à opinião pública, 1978.
- CHARLOT, Jean, *Le Phénomène Gaulliste*, Paris, A. Fayard, 1970.
- DUVERGER, Maurice, *Les Partis Politiques*, Paris, 7.ª ed., Librairie Armand Colin, 1969.
- ELDERSVELD, Samuel J., *Political Parties, a Behavioral Analysis*, Chicago, Rand McNally, 1964.
- GASPAR, Jorge, e VITORINO, Nuno, *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagens dos Partidos*, Lisboa, 1976.
- KIRCHHEIMER, Otto, «The transformation of the western European party systems», in Joseph Lapalombara e Myron Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*, Nova Jérсия, Princeton Paperback, 2.ª ed., 1972.
- LOPES, Pedro Santana, e BARROSO, José Durão, *Sistema de Governo e Sistema Partidário*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1980.
- MATOS, Luís Salgado de, «Significado e consequências da eleição do presidente por sufrágio universal — o caso português», in *Análise Social*, Lisboa, 3.ª série, vol. XIX, 2.º, ICS, 1983.
- MERTON, Robert K., *Social Theory and Social Structure*, Free Press of Glencoe, 1957.
- MICHELS, Robert, *Les Partis Politiques*, Paris, Flammarion (1.ª ed. 1914), 1971.
- NEUMANN, Sigmund, *Modern Political Parties*, Chicago-Londres, University of Chicago Press, Midway Reprint, 2.ª ed., 1975.
- OPELLO JR., Walter C., «Socialização política, actividades partidárias e orientações ideológicas duma amostra de sociais-democratas portugueses», comunicação apresentada ao *Colóquio sobre a Formação de Portugal Contemporâneo*, Fundação Gulbenkian, 2-5 de Dezembro (texto fotocopiado), 1981.
- RAE, Douglas, *The Political Consequences of Electoral Laws*, New Haven, Yale University Press, 1967.
- REIS, António, *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*, Damaia, Ed. Portugal Socialista, 1979.
- SARTORI, Giovanni, «Modelli spaziali i competizione tra partiti», in *Rassegna Italiana di Sociologia*, ano VI, n.º VII, 1965.
- SARTORI, Giovanni, «Tipologia dei sistemi di partito», in *Quaderni di Sociologia*, XVII, 1968.
- SARTORI, Giovanni, «Proporzionalismo frazionismo e crisi dei partiti», in *Rivista Italiana di Scienza Politice*, n.º III, 1971.
- SARTORI, Giovanni, «European political parties: the case of polarized pluralism», in Joseph Lapalombara e Myron Weiner (eds.), *Political Parties and Political Development*, Nova Jérсия, Princeton Paperback, 2.ª ed., 1972.
- SARTORI, Giovanni, *Parties and Party Systems*, Cambridge University Press, 1976.
- SILVA, António da, «Eleições 75 — fenómeno político», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX-XX, GIAS, ISESE, 1975.
- SILVA, Augusto da, «Eleições 75 — fenómeno sócio-cultural», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX-XX, GIAS, ISESE, 1975.
- SILVA, Augusto da, «Eleições para a Assembleia da República 1976», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs XIX-XX, GIAS, ISESE, 1976.
- SOARES, Mário, *Portugal — Welcher weg zum Sozialismus (Interview mit Dominique Pouchin)*, Berlim, 1976.
- SOARES, Mário, *P.S., Fronteira da Liberdade*, Lisboa, ed. Portugal Socialista, 1979.
- SOARES, Mário, *Escritos do Exílio*, Lisboa, 1975.
- STOCK, Maria José, e ROTHER, Bernd, «P.S.: a trajectória de um partido», in *Expresso* de 14 de Maio de 1983.
- STOCK, Maria José, e ROTHER, Bernd, «Il decimo anniversario del P.S. portoghese: 1973-1983», in *Cittá e Regione*, n.º III, Firenze, Junho de 1983.

- STOCK, Maria José, «A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do P.S.D. e do C.D.S.», comunicação apresentada ao *Colóquio Formação e Modos de Acção de Grupos Sociais em Portugal depois de 1950*, Bad-Homburg, 12-15 de Dezembro (texto policopiado), 1983.
- STOCK, Maria José, «O P.S.D.: retrato de uma década», semanário *Expresso* de 6 de Maio de 1984.
- STOCK, Maria José, e ANTUNES, Luis Filipe Colaço, «Sistema de partidos e governabilidade, um estudo comparado», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.º xxxvii, GIAS, ISESE, 1984, pp. - .
- STOCK, Maria José, e ROSA, Luís F. Valente, «O perfil dos delegados aos congressos dos partidos em 1981», in *Economia e Sociologia*, Évora, n.ºs xxxviii-xxxix, monográfico, GIAS, ISESE, 1984, pp. 59-94.

b) JORNAIS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS

A Capital
Diário de Notícias
Expresso
Le Monde
O Jornal
Portugal Socialista
Povo Livre
Século Ilustrado
Tempo

c) DOCUMENTOS DIVERSOS:

Atlas Eleitoral, Resultados Eleitorais 1974 a 1984, Ed. Progresso Social e Democracia. Censo de 1970, INE.

Comunicados da Comissão Política do PS (de circulação interna).

Comunicados do Secretariado Nacional do PS (de circulação interna).

Confiar no P. S. — Apostar em Portugal, relatório do secretário-geral Mário Soares apresentado ao 3.º Congresso na legalidade, Lisboa, Março de 1979.

Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, «Textos Portugal Socialista», Lisboa, 1973.

Dez Anos para Mudar Portugal, Proposta P.S. para os Anos 80, Lisboa, III Congresso do PS, Março de 1979.

Diário da República.

Diário do Governo.

Estatutos do P. S., 1983.

Estatutos do P. S. D., 1984.

Para uma Democracia Socialista em Portugal, Roma, «Textos ASP», 1970.

Programa do P. P. D., 1974.

Relatório de Mário Soares ao Congresso Constitutivo do P. S., 1973.

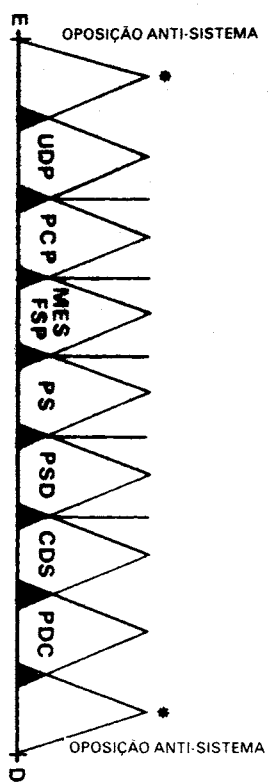
Resposta P. S. ao Portugal em Crise — Manifesto Programa do P. S., apresentado a 12 de Março de 1983.

II Congresso Nacional do P. S., Lisboa, 30-31 de Outubro-1 de Novembro de 1976, *Relatório do Secretário-Geral Mário Soares e Moções*, Lisboa, s. d.

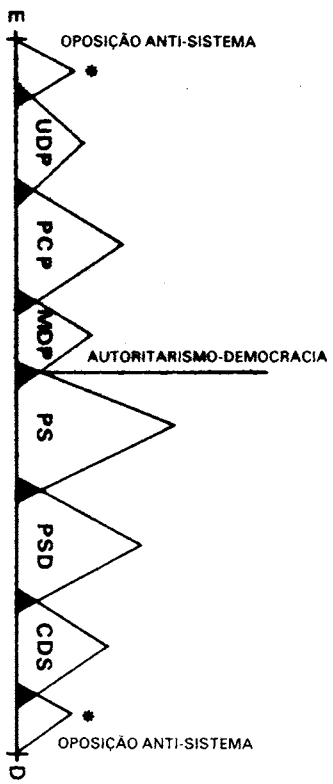
Evolução do sistema de partidos — pluripartidarismo sem partido dominante — em Portugal de 1974 a 1984

(GRAFICO II)

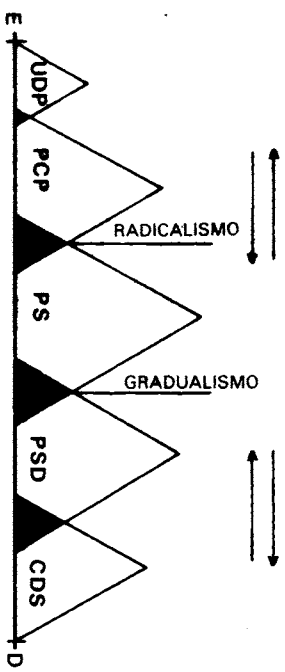
1 PLURIPARTIDARISMO EXCESSIVAMENTE ATOMIZADO E ALTAMENTE IDEOLOGIZADO, GRANDE FRAGMENTAÇÃO (1974)



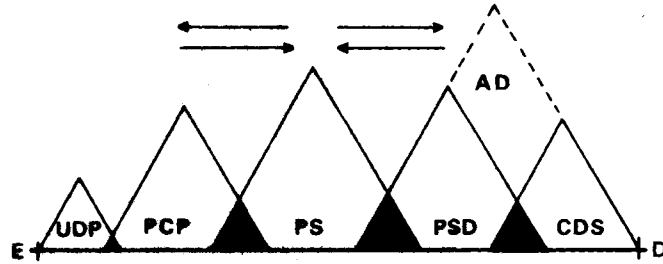
2 PLURIPARTIDARISMO ATOMIZADO COM MAIOR ÍNDICE DE SIMPLIFICAÇÃO (1975-78)



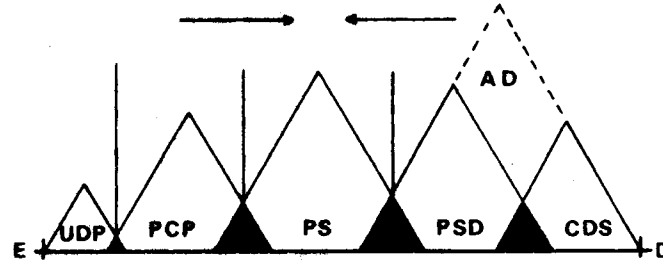
3 PLURIPARTIDARISMO MAIS CLARIFICADO E MODERADO DE TENDÊNCIA CENTRÍFUGA E/OU CENTRÍPETA (1978-79)



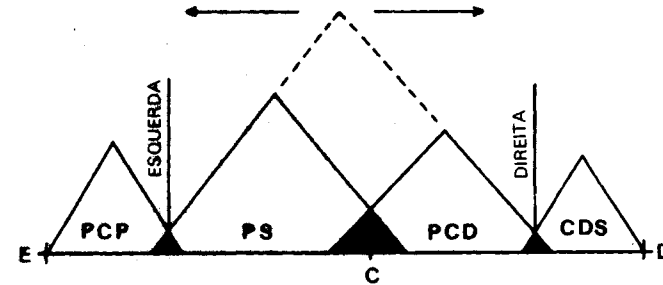
4 PLURIPARTIDARISMO LIMITADO E BIPOLARIZADO. BIPOLARIZAÇÃO CONFLITUAL (1979-81)






5 CONFIGURAÇÃO MULTIPOLAR TENDENTE A SISTEMA DE 4 PARTIDOS. FRAGMENTAÇÃO FRACA, DE TENDÊNCIA CENTRÍPETA (1981-83)



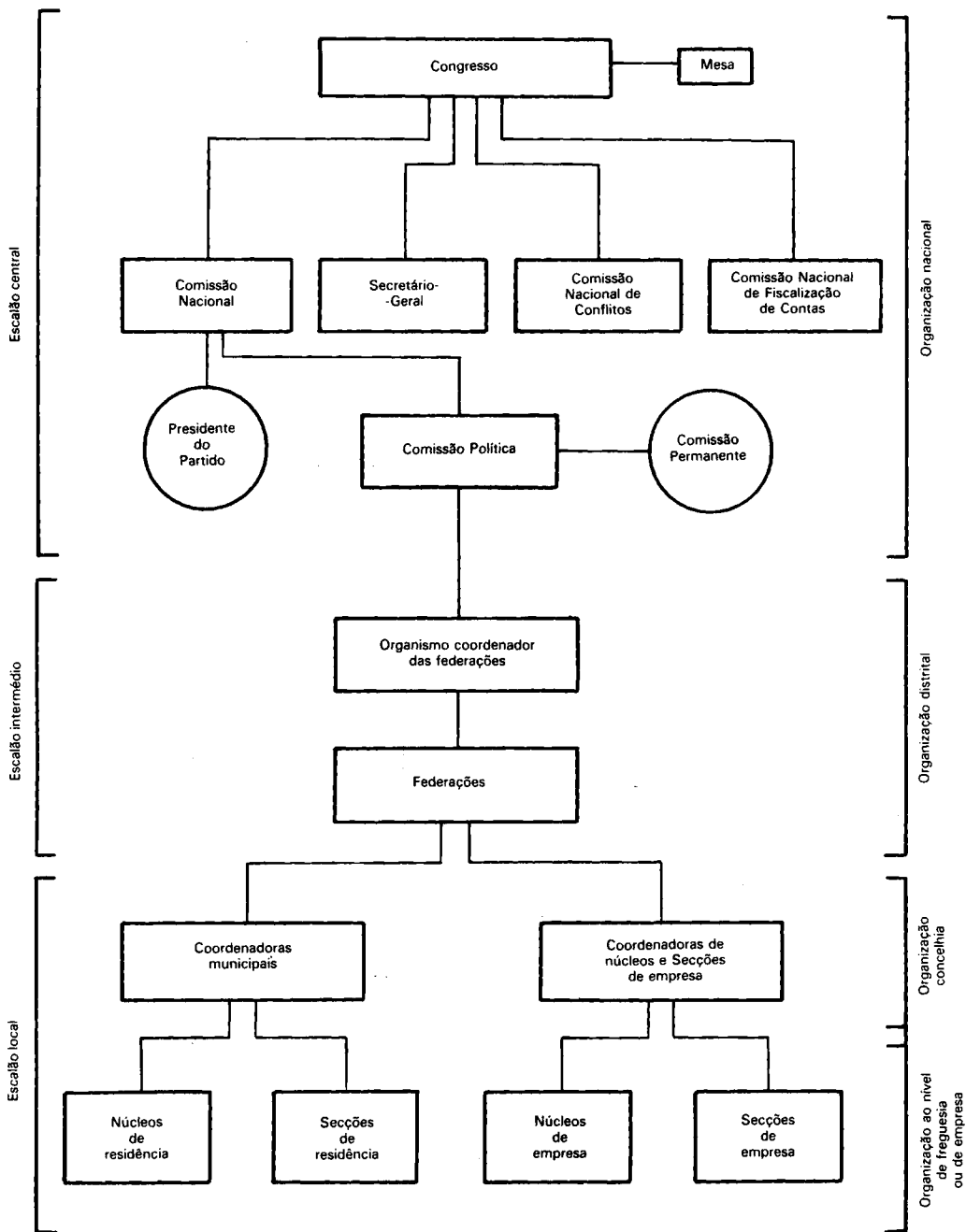
6 CONFIGURAÇÃO BIPOLAR. SISTEMA DE 4 PARTIDOS DE SINAL CENTRÍFUGO. PLURIPARTIDARISMO MAIORITÁRIO DE OPÇÕES (1983-84)



-  — ESPAÇO DE COMPETIÇÃO INTERPARTIDÁRIA (ELEITORADO FLUTUANTE)
-  — DIRECÇÃO TENDENCIAL DO SISTEMA
-  — LINHA DE DEMARCAÇÃO DAS PRINCIPAIS CLIVAGENS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS

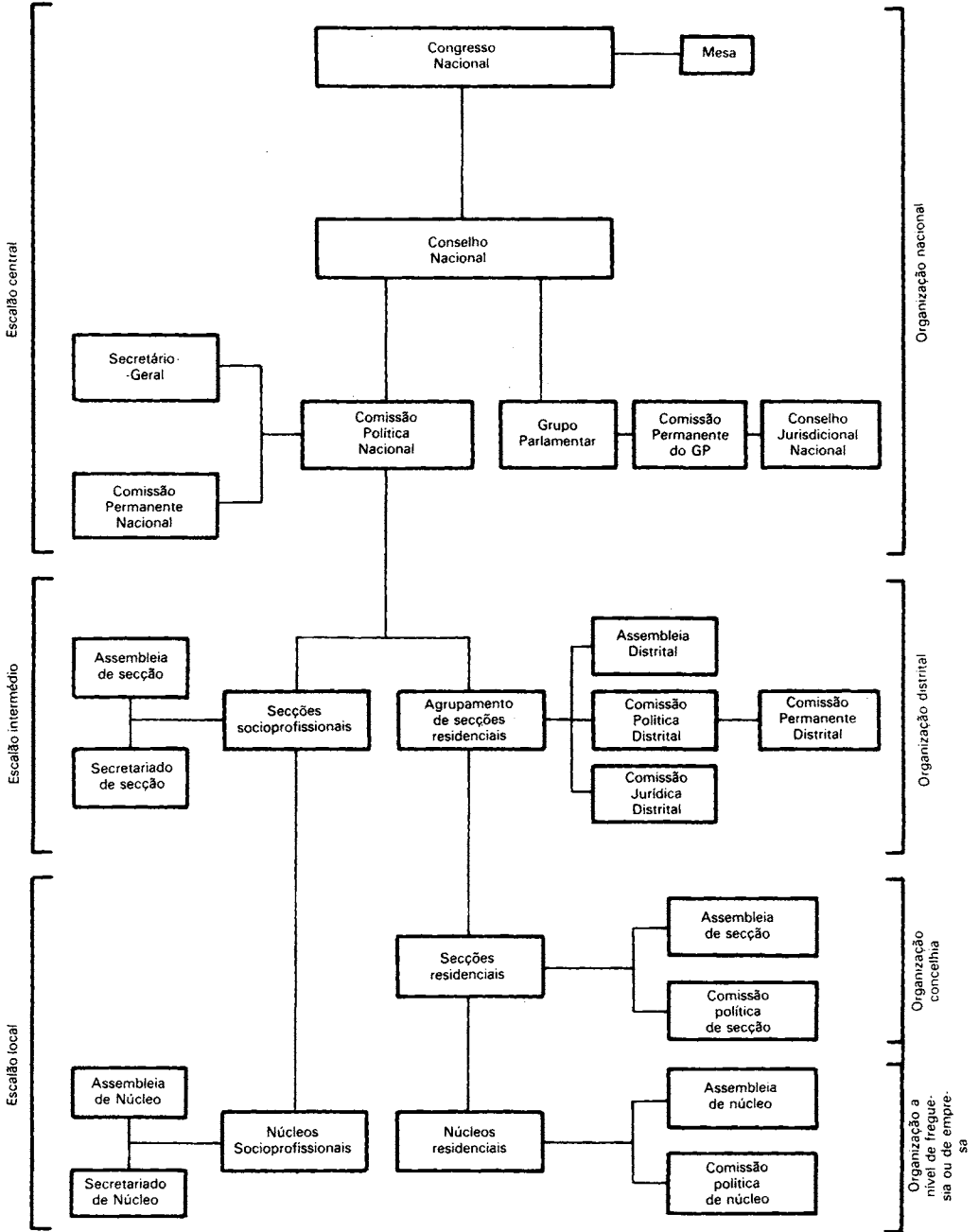
- C — CENTRO
- E — EXTREMA-ESQUERDA
- D — EXTREMA-DIREITA
- — ORGANIZADA EM VÁRIOS PARTIDOS MARGINAIS: A MAIORIA IRRELEVANTE.

PARTIDO SOCIALISTA



Fonte: Estatutos do PS.

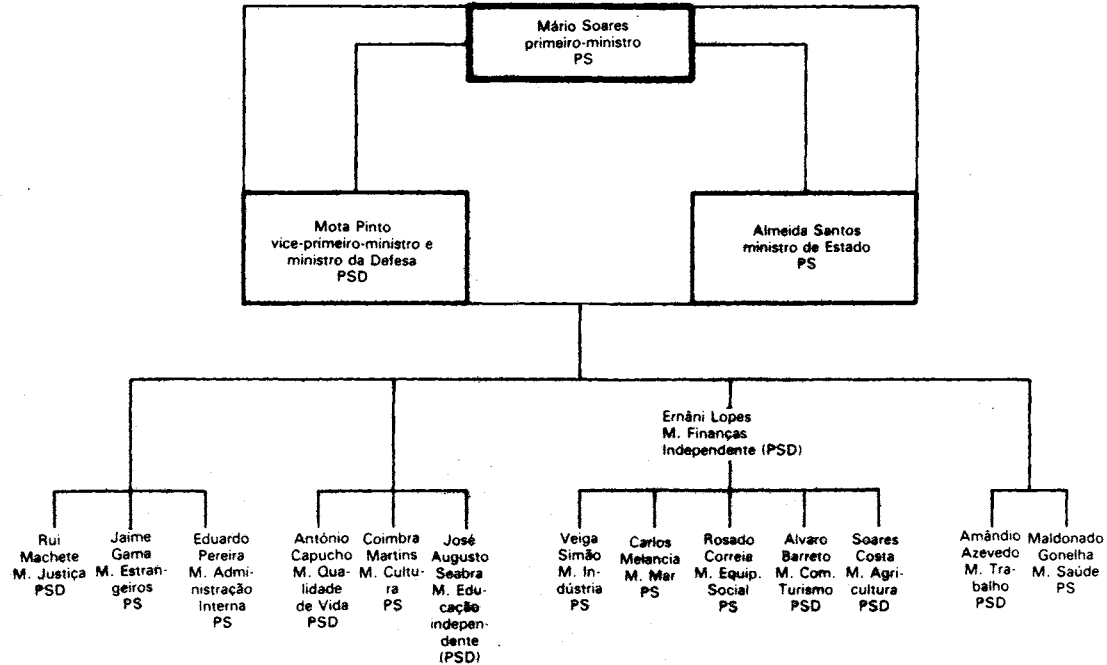
PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA



Fonte: Estatutos do PSD, «Cadernos PSD», n.º 1, 2.ª ed., 1983.

Constituição do IX Governo Constitucional

[GRAFICO III]



Fonte: *O Jornal*, ano IX, n.º 433, 9 a 16 de Junho de 1983, p. 1.

Resultados obtidos pelo PS (e FRS) e PSD (e AD) nas eleições para a Assembleia Constituinte, 1975, e para a Assembleia da República, 1976, 1979, 1980, 1983 (nível nacional)

[QUADRO N.º 1]

Partidos	Eleições	Votos absolutos	Percentagem	Deputados eleitos
PSD	1975 (1)	1 507 282	26,39	81
PS	1975 (1)	2 162 972	37,87	116
PSD	1976 (2)	1 336 697	24,38	73
PS	1976 (2)	1 912 921	34,88	107
PSD	1979 (3)	141 227 (a)	2,35 (a)	80
		2 554 458 AD	42,52 AD	128 (b) AD
PS	1979 (3)	1 642 136	27,33	74
PSD	1980 (4)	147 644 (a)	2,45 (a)	82
		2 706 667 AD	44,91 AD	134 (b) AD
PS	1980 (4)	1 673 279 (c)	27,26 (c)	74 (c)
PSD	1983 (5)	1 554 804	36,12	75
PS	1983 (5)	2 061 309	36,12	101

(a) Valores respeitantes à Madeira e Açores.

(b) Mais os deputados do PPM (5 em 1979, 6 em 1980) e do CDS (43 em 1979, 46 em 1980).

(c) Votos da FRS (PS + UEDS + ASDI).

Fontes:

(1) *Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 115, de 19 de Maio de 1975.

(2) *Diário da República*, 1.ª série, n.º 122, de 25 de Maio de 1976.

(3) *Diário da República*, 1.ª série, n.º 295, de 24 de Dezembro de 1979.

(4) *Diário da República*, mapa oficial publicado pela Comissão Nacional de Eleições de 31 de Outubro de 1980.

(5) *Diário da República*, 1.ª série, n.º 121, de 26 de Maio de 1983.

Fontes de financiamento e quantitativos do PS e do PSD em 1984

[QUADRO N.º 2]

Fontes	Montante(a)	
	PS	PSD
Subsídio estatal(b)	142 848 710\$	107 774 792\$
Quotas dos membros (em média)	8 340 000\$	3 120 000\$
Venda de artigos de propaganda, doações, etc.	(a)	(a)
Verbas provenientes de fundações	Friedrich Ebert (RFA), a qual financia fundações ligadas ao Partido(c)	Friedrich Neumann (RFA) financia fundações ligadas ao Partido(c)

(a) Desconhece-se o montante global das receitas, dado os Partidos, até à data, não terem apresentado contas.

(b) Atribuído em função do número de votos obtidos nas últimas eleições vezes 1/225 do ordenado mínimo nacional.

(c) O montante é mais elevado que o recebido através do subsídio estatal.

Fonte: *Atlas Eleitoral, Resultados Eleitorais 1974 a 1984*, Ed. Progresso Social e Democracia, 1984.

**Origem e composição dos órgãos nacionais do PSD e do PS, em 1984
(em percentagem)**

[QUADRO N.º 3]

Órgão do PSD	Percentagem	Origem e composição	Percentagem	Órgão do PS,
Congresso	58,8	Eleitos pelas bases	92,5	Congresso
	6,5	Eleitos pela Juventude do Partido	—	
	21,8	Eleitos por outras estruturas(a)	—	
	19,4	Membros por inerência(b)	8,5	
Conselho Nacional	59,6	Eleitos pelo Congresso	79,9	Comissão Nacional
	26,3	Representantes das estruturas intermédias	9,5	
	10,6	Eleitos pela Juventude do Partido	5,3	
	3,5	Representantes de outras estruturas(c)	5,3	
Comissão Política Nacional	73,6	Membros eleitos no Congresso	80,4	Comissão Política
	26,3	Membros por inerência	19,6	

(a) Só para o PSD: estruturas socioprofissionais e autarquias.

(b) 10 são membros da Juventude Socialista e 10 das Mulheres Socialistas; em ambos os casos são-no na qualidade de membros da Comissão Nacional, eleitos pelas respectivas estruturas.

(c) No PS são provenientes das Mulheres Socialistas. Destes, 50 elementos provêm das associações sindicais (65,6%), 15 (16,7%) das associações profissionais e cooperativas e 25 (27,8%) das comissões dos trabalhadores; os autarcas estão representados em 5,5% dos casos.

Fontes: *Estatutos do PS, 1983; Estatutos do PSD, 1984.*

Sindicatos e organizações profissionais onde o PS e o PSD têm maior implantação, 1984

[QUADRO N.º 4]

PS	PSD(a)
1. Sítese	1. Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas
2. Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas	2. Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa
3. Sima (indústrias metalomecânicas e afins)	3. Sindicato dos Bancários do Norte
4. Sindicato de Seguros do Sul e Ilhas	4. Ordem dos Médicos
5. Sindicato dos Metalúrgicos	5. Comércio e Hotelaria
6. Sindicato da Função Pública	6. Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito do Porto
7. Sindicato dos Electricistas	7. Sindicato dos Professores da Zona Norte
8. Sindicato dos Bancários do Norte	8. Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local
9. Sindicato de Seguros do Norte	9. Ordem dos Advogados
10. Sindicato dos Professores	10. Ordem dos Engenheiros

(a) Grau de associativismo sindical: 13,7%.

Fontes: Departamento Central de Dados do PS; Serviços de Informática e Documentação do PSD.

Tempo de filiação no respectivo partido dos inscritos no PS e no PSD, de acordo com as datas mais relevantes da cena política nacional

[QUADRO N.º 5]

Tempo de filiação	PS	PSD
	(percentagem no total de 139 000 inscritos)	(percentagem no total de 70 918 fichas já processadas dos 80 000 inscritos)
10 e mais anos(a) (desde a fundação do Partido).....	26,8	18,5
Há 9 anos (durante 1975) ...	31,2	16,0
Entre 6 e 8 anos (de 1976 a finais de 1978; 1.º e 2.º Governos Constitucionais)	17,2	13,8
Entre 2 e 5 anos (de 1979 a finais de 1982; Governos da AD).....	15,6	41
Durante 1983.....	7,6	8,1
Há menos de 1 ano (de Janeiro a Maio de 1984).....	1,6	2,6
Total.....	100	100

(a) Só para o PS, fundado em 1973.

Fontes: Departamento Central de Dados do PS; Serviços de Informática e Documentação do PSD.

Sexo dos dirigentes do PS e do PSD em 1984 (em percentagem)

[QUADRO N.º 6]

Sexo	PS		PSD	
	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento
Masculino.....	87,5	92,5	91,7	90,7
Feminino.....	12,5	7,5	8,3	9,3

Fontes: Departamento Central de Dados do PS e Documentos da Comissão Técnica Eleitoral do PS, 1983; *Povo Livre*, n.ºs 449 e 456, e Serviços de Informática e Documentação do PSD.

Idade dos dirigentes do PS e do PSD em 1984 (em percentagem)

[QUADRO N.º 7]

Idade	PS		PSD	
	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento
Menos de 30 anos.....	6	5,3	3,3	13,3
Entre 30 e 60 anos.....	86,5	89,4	91,8	82,7
Mais de 60 anos.....	7,5	5,3	4,9	4,0

Fontes: Documentos da Comissão Técnica Eleitoral do PS, 1983, e Departamento Central de Dados do PS; *Povo Livre*, n.ºs 449 e 456, e Serviços de Informática e Documentação do PSD.

Profissão/ocupação dos dirigentes do PS e do PSD em 1984 (em percentagem)

[QUADRO N.º 8]

Grupos de profissões/ocupações	PS		PSD	
	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento	Cúpula do aparelho partidário	Parlamento
Quadros superiores e profissões liberais de alta competência técnica	42,5	43,6	78,7	56
Quadros médios	32,5	40,4	16,4	32
Funcionários do sector de serviços ...	11	7,4	—	4
Operários	4	3,2	—	—
Agricultores	2	—	—	—
Comerciantes	—	4,3	—	1,3
Industriais	1	1	3,3	—
Estudantes	6	—	1,6	4
Domésticas e aposentados.....	1	—	—	2,7
Total	100	100	100	100

Fontes: Departamento Central de Dados do PS; *Povo Livre*, n.ºs 449 e 456.

SIGLAS

AD — Aliança Democrática
 AN — Assembleia Nacional
 AOC — Aliança Operária e Camponesa
 APU — Aliança Povo Unido
 AR — Assembleia da República
 ASDI — Associação Social-Democrata Independente
 ASP — Acção Socialista Portuguesa
 CAP — Confederação dos Agricultores Portugueses
 CDS — Centro Democrático e Social
 CGTP — Intersindical — Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
 FEC — Frente Eleitoral dos Comunistas
 FSP — Frente Socialista Popular
 GDUP — Grupos de Dinamização da Unidade Popular
 JUC — Juventude Universitária Católica
 LCI — Liga Comunista Internacionalista
 MDP/CDE — Movimento Democrático Português
 MES — Movimento de Esquerda Socialista
 MFA — Movimento das Forças Armadas
 MUD — Movimento de Unidade Democrática
 MUNAF — Movimento Unitário Anti-Fascista
 PCP — Partido Comunista Português
 PDC — Partido da Democracia Cristã
 PPD/PSD — Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata
 PPM — Partido Popular Monárquico
 PR — Presidente da República
 PREC — Processo Revolucionário em Curso

PS — Partido Socialista
PSD — Partido Social-Democrata
PUP — Partido de Unidade Popular
SEDES — Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento
UDAs — Uniões distritais dos agricultores
UDP — União Democrática Popular
UGT — União Geral dos Trabalhadores